

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

**Para além de esquadros e compassos: a construção da memória maçônica no  
Brasil**

Tiago Cesar Silva

Rio de Janeiro

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

Tiago Cesar Silva

**Para além de esquadros e compassos: a construção da memória maçônica no Brasil**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Memória Social

Orientadora: Edlaine de Campos Gomes

Rio de Janeiro

2012

Silva, Tiago Cesar.

S586 Para além de esquadros e compassos: a construção da memória maçônica no Brasil / Tiago Cesar Silva, 2012.

119 f. ; 30 cm

Orientadora: Edlaine de Campos Gomes.

Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

1. Maçonaria - Brasil - História. 2. Patrimônio. 3. Memória - Aspectos sociais. I. Gomes, Edlaine de Campos. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 366.109

## **Para além de esquadros e compassos: a construção da memória maçônica no Brasil**

Tiago Cesar Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Memória Social

Aprovada em:

Banca

---

Profa. Dra. Edlaine de Campos Gomes

(Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - /UNIRIO - Orientadora)

---

Profa. Dra. Andrea Lopes da Costa Vieira

(Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - /UNIRIO)

---

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

## AGRADECIMENTOS

A inspiração e a transpiração para este trabalho não seriam possíveis caso não houvesse influencia de determinadas pessoas que ajudaram – e ainda ajudam – minha formação enquanto ser humano.

...à minha família como um todo, tanto a biológica quanto a adotiva, que se confundem até hoje em minhas próprias raízes, representadas pelas minhas mães Cléa e Aurora.

...à pessoa que me faz sentir de um jeito mais do que especial, pois sem amor nada é possível, Juliana Costa.

...aos amigos de longa data, que passaram por tanta coisa junto a mim e eu junto a eles, Itallo Damázio e Vanessa Faria.

...as novas amizades construídas ao longo do mestrado. São tantos nomes que temo ser injusto, porém cito especialmente Sabrina Dinola e Elisabeth Muri, além de André Martins e Vitor Rebello. Espero que possamos levar esta proximidade tanto ao longo da carreira quanto das nossas vidas pessoais.

...à fomentadora de minha vida acadêmica e grande incentivadora a esse novo passo, Carol Fortes.

...aos companheiros do Arquivo Nacional que corresponderam minhas ausências com confiança, citando em especial Walter Junior, Nelson Bornay, Paulo Vieira, Alice Nunes, Alex Holanda, Lúcia Peralta e Mauro Domingues.

...ao Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito, em especial ao Soberano Enyr de Jesus da Costa e Silva e a Museóloga Esther Lopes; ao Grande Oriente do Brasil – RJ, em especial à Secretaria de Educação e Cultura, representada pelo Professor Fernando Magalhães.

...ao compreensivo e solícito Professor Alexandre Barata, que sempre recebeu minhas dúvidas de forma gentil e as retribuía com críticas extremamente construtivas.

...aos dedicados professores do Programa de Memória Social, que me fizeram compreender este novo campo de estudos.

...à minha dedicada orientadora, pelos puxões de orelha necessários e elogios motivacionais, Edlaine Gomes.

Meus sinceros agradecimentos. Obrigado.

*A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.*

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 476.

## **RESUMO**

O objetivo geral da dissertação é analisar a memória maçônica a partir do patrimônio existente em locais específicos que possuem a finalidade de difundir a participação da Maçonaria na História do Brasil: O Centro Cultural do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito e o Palácio do Lavradio. Ambos os locais possuem relevância no processo de construção da memória maçônica, na medida em que acionamos grandes nomes da Irmandade do século XIX para legitimar a sua identidade no século XXI. A não existência de uma coesão na Ordem desaparece quando se trata deste passado nacional histórico, pois fazem com que as correntes que a compõe se reconheçam através de objetos, eventos históricos e personagens, que causam grande ressonância dentro do próprio grupo. Dois movimentos sociais, que causaram uma quebra do paradigma social, são exemplos cruciais para a compreensão da importância da participação desses personagens na História do Brasil: a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

**Palavras-chave:** Maçonaria; Memória; Patrimônio.



## **ABSTRACT**

The general objective of this thesis is to analyze the Masonic memory from the existing heritage in specific locations that have the purpose of spreading the involvement of Freemasonry in the History of Brazil: The Cultural Center of Supreme Council Ancient and Accepted Scottish Rite and the Palace of Lavradio. Both locations have relevance in the process of building the Masonic memory, as we set in motion the great names of the Brotherhood of the nineteenth century to legitimize its identity in the twenty-first century. The lack of cohesion in the Order disappears when it comes to this nation's past history, as they do with the currents that comprise them recognize themselves through objects, historical events and characters that cause great resonance within the group. Two social movements, which caused a fall in the social paradigm, are crucial examples to the understanding of the importance of the participation of these characters in the history of Brazil: the Abolition of Slavery and the Proclamation of the Republic.

**Keywords:** Freemasonry; Memory; Heritage.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 01:</b> Esquadro e Compasso, símbolo universal da Maçonaria.....	19
<b>Imagem 02:</b> Foto da Grande Loja de Londres.....	24
<b>Imagem 03:</b> Logotipo do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito.....	74
<b>Imagem 04:</b> Localização de outra potência do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito.....	75
<b>Imagem 05:</b> Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito e Centro Cultural.....	76
<b>Imagem 06:</b> Sala de Leitura Dr <sup>o</sup> . José Ramos Penedo.....	77
<b>Imagem 07:</b> Consultório Odontológico.....	77
<b>Imagem 08:</b> Alojamento.....	78
<b>Imagem 09:</b> Busto dos Soberanos Ariovaldo Vulcano, Montezuma e Ney Coelho Soares.....	78
<b>Imagem 10:</b> Referencia a Jaques Demolay, último mestre templário.....	79
<b>Imagem 11:</b> Salão Principal de exposições permanentes.....	80
<b>Imagem 12:</b> Referencias a Inconfidência Mineira.....	80
<b>Imagem 13:</b> Referencias a vinda da família Real.....	81
<b>Imagem 14:</b> Referencias a Revolução Pernambucana e a Independência do Brasil .....	81
<b>Imagem 15:</b> Referencias ao Segundo Reinado e a Abolição da Escravatura.....	82
<b>Imagem 16:</b> Referencias a Proclamação da República.....	82
<b>Imagem 17:</b> Representação do Templo de Salomão.....	83
<b>Imagem 18:</b> Representação da Armada de Pedro Álvares Cabral – 10 naus e 3 caravelas.....	83

<b>Imagem 19:</b> Loja “Perfeição Cruzeiro do Sul” .....	84
<b>Imagem 20:</b> Sublime Capítulo Rosa-Cruz Cruzeiro do Sul.....	85
<b>Imagem 21:</b> Camâra Filosófica do Santo Império.....	85
<b>Imagem 22:</b> Mui Poderoso Consistório de Príncipes do Real Segredo.....	86
<b>Imagem 23:</b> Espaço de Entretenimento (palco).....	86
<b>Imagem 24:</b> Espaço de Entretenimento (entrada).....	87
<b>Imagem 25:</b> Esfinge.....	89
<b>Imagem 26:</b> Esquadro e Compasso em pedras portuguesas, na calçada do Palácio do Lavradio.....	89
<b>Imagem 27:</b> Painel Simbólico do Hall de Entrada – 01.....	90
<b>Imagem 28:</b> Painel Simbólico do Hall de Entrada – 02.....	90
<b>Imagem 29:</b> Estátua representando a Caridade - 1844.....	91
<b>Imagem 30:</b> Escadas em madeira maciça arqueada.....	92
<b>Imagem 31:</b> Estandartes comemorativos.....	92
<b>Imagem 32:</b> Templo Nobre do Palácio do Lavradio.....	93
<b>Imagem 33:</b> Móvel – Relógio com simbologia maçônica.....	94

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I – ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MAÇONARIA NO BRASIL</b> .....	18
I.1 – Mitos de origem: a arquitetura do universo e o amor fraternal .....	18
I. 2 – O papel da Maçonaria no Brasil do século XIX.....	24
1.3 - Memórias Vivas: identidade e segredo como patrimônio.....	30
I.4 - Identidade maçônica e hipervalorização da memória.....	36
<b>CAPÍTULO II – ACONTECIMENTOS E PERSONAGENS: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA MAÇÔNICA DO BRASIL</b> .....	45
II.1 Maçonaria no Brasil: Quem são eles?.....	45
II.2 Maçonaria e Abolição.....	49
II.3 Maçonaria e República.....	57
<b>CAPÍTULO III - PATRIMÔNIO MAÇÔNICO: AS FERRAMENTAS NA EDIFICAÇÃO DA MEMÓRIA</b> .....	67
III.1 Memória Patrimonial: um lugar para exercer a sociabilidade.....	67
III.2 O Centro Cultural do Supremo Conselho: Política & Ritualística.....	72
III.3 Palácio do Lavradio: A história edificada da Maçonaria Brasileira.....	88
III. 4 – Mudanças da inserção maçônica no espaço público.....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	100
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	103
<b>APÊNDICE OU ANEXOS</b> .....	111

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a memória maçônica brasileira, por meio de pesquisa realizada em duas instituições museais, localizadas no Rio de Janeiro, responsáveis por abrigar a memória da Ordem: o Palácio do Lavradio e o Centro Cultural Maçônico do Supremo Conselho do Brasil. Através de uma observação ao longo da história, caracterizando a participação da fraternidade em eventos políticos relevantes no país, pretende-se problematizar como a identidade desse grupo é construída e ressignificada no presente. Esses lugares, como patrimônios materiais, possuem o papel de transmissão de seu patrimônio imaterial, que seriam os próprios valores maçônicos, como o ideal de liberdade e igualdade, dentre outros,

Nesses meios de transmissão da memória maçônica, a história do Brasil, representada por determinados eventos e personagens, emerge como elemento constituinte da identidade do grupo. Tal confluência é percebida nos documentos e objetos produzidos e preservados pela Ordem.

Dois eventos históricos, ocorridos no fim do século XIX, adquirem destaque nesse contexto: o movimento abolicionista brasileiro, culminando na assinatura da Lei Áurea, em 1888, e a proclamação da república, em 1889. Ambos mudaram os rumos da história política brasileira e contaram com a participação de membros ativos da confraria, o que os tornou ícones e guardiões de uma “moral” que, em tese, deveria fazer parte da própria identidade do grupo, conferindo uma aura em torno desses personagens, que autentica a transmissão da memória maçônica.

O trabalho de pesquisa sobre a maçonaria atravessa um longo período de dedicação, tendo começado como projeto de monografia em 2007 (SILVA, 2009) e, agora, aprofundada nesta dissertação. O longo caminho percorrido fez com que a dedicação e a percepção sobre o grupo ficassem mais apuradas. Ao escolher esse objeto, ficamos suscetíveis a uma série de enganos e exageros, por conta da construção de um imaginário controverso da maçonaria pela sociedade englobante. Basicamente, encontram-se duas perspectivas conflitantes: o discurso em prol da participação da maçonaria em eventos históricos – representada por determinadas personalidades; e, por outro lado, um discurso execrante, fruto de uma visão negativa e às vezes

demonizante, em grande medida, gerada pela desconfiança produzida pela complexa relação estabelecida com o cristianismo, marcadamente, com a Igreja Católica.

Inicialmente, a proposta desta dissertação estava focada somente na participação da maçonaria na história do Brasil. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, percebemos que a questão ia muito mais além. Existe a história sobre a instituição, localizada nos livros acadêmicos e a história maçônica, gestada internamente, versão (ões) mantida(s) e repassada(s) através de sua memória.

Estamos em um momento no qual os grupos marginais entram na disputa (POLLAK, 1989) para a inclusão de sua participação na formação social do país. A Maçonaria se enquadra como um grupo marginal no sentido em que é vista nos livros como coadjuvante dos fatos, porém sem ganhar muito destaque nos mesmos.

Esta caracterização evidencia certa ambiguidade identitária: ao mesmo tempo em que integra, como protagonista, as transformações na sociedade brasileira principalmente nos eventos mencionados, passa por um processo de ostracismo. Processo passível de compreensão pela noção de “memória subterrânea”, conforme elabora Pollak (1989). Deste modo, nada mais lógico do que observar esta memória sendo construída em seu próprio local de difusão. O foco passou a ser o olhar da maçonaria brasileira sobre a história do Brasil e a forma como esta se insere na memória institucional.

Os estudos sobre maçonaria do Brasil apresentam especificidades se comparados a outros países. Enquanto na Inglaterra e na França, por exemplo, há maior produção acadêmica de não maçons, “leiga”, no Brasil ocorre o oposto. Os autores que escrevem sobre o assunto, em grande parte, são maçons e acabam embutindo valores em seus trabalhos. Outra dificuldade é acessar as fontes primárias. Por exemplo, a pesquisa localizou uma série de documentos históricos, mas que tiveram o acesso negado pela instituição, representada pela responsável por sua restauração. Mesmo os já digitalizados não foram liberados, sob a alegação de que os documentos não eram “dele”<sup>1</sup>. Voltaremos a este assunto em um momento mais oportuno.

---

<sup>1</sup><http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/02/documentos-historicos-deixados-em-sacos-de-lixo-sao-restaurados-em-sp.html> acessado em 23 de março de 2012. A informação a respeito do não acesso foi dada através de contato telefônico feito diretamente com a pessoa responsável pela restauração.

Como ocorre com diversas instituições, a Maçonaria apresenta sua identidade por meio de uma grande produção de documentos. E isto se reflete não só no aspecto quantitativo, mas pela qualidade dos trabalhos acadêmicos criados sobre a Ordem.

Alguns autores maçons foram utilizados como base ao longo do trabalho. É praticamente impossível encontrar um artigo que não faça referência a Nicola Aslan (1973) e José Castellani (1993). Estes autores produziram dezenas de livros, porém o foco era especificamente o público “interno”, ou seja, os próprios maçons. Kurt Prober (1986), por seus escritos sobre o Supremo Conselho e o Palácio do Lavradio, ou seja, sobre o próprio foco deste trabalho, também recebe destaque. Frederico Guilherme Costa (1999) é outro autor relevante, com uma produção voltada também para o público acadêmico, estabelecendo uma ligação com autores que não são maçons, mas que possuem vasta produção bibliográfica sobre o tema.

A Maçonaria é um assunto que desperta a curiosidade em grande parte das pessoas. Autores não maçons também se voltaram para a análise dessa instituição. Destacam-se neste segmento Alexandre Mansur Barata (1999), Marco Morel (2008) e Célia Azevedo (2010), dentre outros, que procuram “desvendar” a Maçonaria através de documentos.

Para uma contextualização histórica, foram utilizados os autores especializados em Brasil Imperial: Lúcia Neves e Humberto Machado (1999) e Emília Viotti (1987). Em relação ao Brasil republicano, incluímos Lincoln Penna (1999), Bóris Fausto (2001) e Edgar Carone (1983).

Por último, referimo-nos a autores que discutem memória e patrimônio, temáticas que orientam esta dissertação. A primeira será discutida tendo por base a noção de memória coletiva de Halbwachs (2006). A associação da mesma com os lugares que abrigam estas memórias será fundamentada a partir da discussão de Pierre Nora (1993). A noção de imaterialidade da memória será abordada tendo por base Marcia Sant’Anna (2003). Para auxiliar a análise, utilizaremos a noção de ressonância, questão levantada por José Reginaldo Gonçalves (2005). Os elementos constituintes dessa memória, representada pelo acervo institucional, entendido como fundamental para a conformação da identidade do grupo, problematizar-se-ão a partir dos estudos de Mário Chagas (2003) e Maria Cecília Fonseca (2003). A questão identitária também recebe destaque, constituindo-se como eixo que amarra todas as demais. Para isso, remetemo-nos principalmente a Zygmund Bauman (2005), George Simmel (1999) e Michel Agier (2001).

A pesquisa mapeou diversos museus maçônicos espalhados pelo Brasil. Temos o Museu Maçônico Paranaense, o Museu Mário Verçosa no Amazonas, o Museu José Bonifácio em São Paulo, o Museu Ariovaldo Vulcano em Brasília, o Museu Maçônico Virtual, que é atualizado a partir de Santa Catarina. No Rio de Janeiro estão localizados o Palácio<sup>2</sup> do Lavradio e o Centro Cultural Maçônico do Supremo Conselho do Brasil, focos desta dissertação. Além da pesquisa documental e bibliográfica, foram conduzidas entrevistas e observação nesses locais.

Para a realização das entrevistas, estabeleceu-se um roteiro de perguntas, elaboradas considerando questionamentos construídos após a qualificação, como por exemplo, a relevância destes espaços para a Maçonaria hoje enquanto detentores de acervos que guardam a sua memória. A seleção dos entrevistados pautou-se pela inserção institucional no que concerne à responsabilidade da guarda de memória.

Sabemos que esta dissertação discute a complexa relação entre história e memória. Enquanto a História procura trazer os fatos e analisá-los de forma contextual, a memória tem por objetivo uma compreensão social mais ampla, estando em permanente construção. A memória aqui é entendida como um processo de compreensão do passado no presente (CHAGAS, 1996). Na atualidade, particularmente, tal associação vincula-se a distintos movimentos de construção de identidade, empreendido por uma variada gama de grupos, que reivindicam reconhecimento e legitimidade pública.

Busca-se compreender a Maçonaria enquanto agente histórico, mas sem perder a preocupação do acionamento individual de determinados atores sociais integrantes da ordem e, ao mesmo tempo, atuantes de destaque em eventos históricos socialmente marcantes, tornando-os figuras passíveis de reconhecimento na própria Maçonaria e na História brasileira, já citados anteriormente.

Deste modo, informamos que em momento algum o objetivo é “elucidar os mistérios” da Maçonaria. A intenção deste trabalho é se ater a uma Maçonaria Política, ou seja, em como este grupo esteve presente ao longo de fatos históricos relevantes para a sociedade brasileira. A

---

<sup>2</sup> De início, chamamos a atenção para a nomenclatura do “Palácio” ao se referir ao Lavradio. Enquanto maçons usam esse referencial, é costumeiro encontrar registros os quais são utilizados os termos Museu ou até mesmo “Casarão”. Neste trabalho optamos o termo mais corrente, visto que há um Museu dentro do mesmo, além de uma placa na fachada indicando-o como Palácio.



ritualística e o simbolismo presentes são ativados somente como elementos unificadores relativos à própria identidade coletiva do grupo.

Esta dissertação está organizada em três capítulos.

O primeiro capítulo busca apresentar a questão da sociabilidade e a identidade maçônica, além do seu próprio patrimônio imaterial como construtor de uma unificação do grupo.

No segundo capítulo, um pouco mais factual, a Maçonaria é analisada enquanto Instituição pertencente ao cenário político nacional, sendo relevante para a emancipação do trabalho escravo e a proclamação da República. Para isto, alguns maçons relevantes são apresentados e inseridos nos contextos do governo instaurado e da própria Maçonaria.

No terceiro e último capítulo, discorreremos sobre o patrimônio material da Maçonaria, a partir da análise de dois “lugares de memória” existentes no Rio de Janeiro. Neste momento também será problematizada a postura da Maçonaria hoje, através de depoimentos colhidos durante a pesquisa.

## **CAPÍTULO I – MEMÓRIAS MAÇÔNICAS: A INSERÇÃO DA MAÇONARIA NO BRASIL**

Este capítulo abordará aspectos característicos da Maçonaria, observando de que maneira distintas identidades maçônicas emergem no contexto nacional. A abordagem levará em conta a construção da memória institucional no que concerne a seus mitos de origem, rituais, etc., e em que medida projeta a permanência e a consolidação da Instituição no presente.

Não se pretende remontar à história geral da maçonaria, mas refletir sobre os caminhos percorridos pela Instituição no Brasil, dando base para as estratégias de permanência empreendidas por ela na contemporaneidade, ao resignificar seu patrimônio, incorporando-o às dinâmicas sociais emergentes, por meio da participação de seus integrantes nesse processo.

### ***1.1 – Mitos de origem: a arquitetura do universo e o amor fraternal***

A Maçonaria contemporânea define e difunde, por diversos meios, o seu significado. Este significado possui variantes, mas a base está contida em praticamente todas as revistas e livros sobre Maçonaria, tendo por exemplo o autor Curtis Masil (1986) e sites como o Loja43<sup>3</sup> e diversos. Segundo Couto (2005), a Maçonaria é:

Ordem Universal formada de homens de todas as raças, credos e nacionalidades, acolhidos por suas qualidades morais e intelectuais e reunidos com a finalidade de construir uma Sociedade Humana, fundada no Amor Fraternal, na esperança com amor a Deus, à Pátria, à Família e ao Próximo, com Tolerância, Virtude e Sabedoria e com a constante investigação da Verdade e sob a tríade Liberdade, Igualdade e Fraternidade, dentro dos princípios da Ordem, da Razão e da Justiça, o mundo alcance a Felicidade Geral e a Paz Universal (COUTO, 2005, p.12).

Estes fundamentos servem como alicerce para a própria vida do iniciado, pois, teoricamente, são estes que os guiam para uma evolução pessoal e, conseqüentemente, a um impacto na sociedade em que vive, missão assumida pelo próprio, ou seja, fundamentam sua identidade propriamente dita. A definição evidencia, portanto, os referenciais.

---

<sup>3</sup> <http://www.lojasaopaulo43.com.br/maconaria.php> acessado em 20/11/2011

Uma das principais controvérsias em torno do que é a maçonaria, vincula-se à religião. Paradoxalmente, a complexa relação com a Igreja influenciou na percepção da Maçonaria como magia, pelo senso-comum. A existência de narrativas que vinculam a Instituição a práticas demoníacas, por exemplo, podem estar relacionadas à construção de uma identidade negativa, engendrada nesse confronto com a Igreja. Em seu âmago, existe a busca por uma igualdade entre os homens, sem a negação de um deus único, neutro, chamado de GADU, ou seja, o Grande Arquiteto do Universo. Este constrói o mundo tal como um operário, por isto o símbolo próprio da Maçonaria é composto pelo esquadro e o compasso. Este deus, frisando novamente, é o ser superior que mantém o equilíbrio do Universo (COSTA, 1999, p.60).



Imagem 1

O esquadro e o compasso, elementos que compõem o principal símbolo da maçonaria moderna, evidenciam o lugar da Razão na conformação da identidade grupal e a inserção no ideário moderno. Mais especificamente, o esquadro representa a união entre a linha vertical e horizontal, simbolizando a retidão e a ação transformadora do homem sobre si mesmo; já o

compasso simboliza o espírito e a racionalidade. Os círculos formados por ele representam as próprias Lojas ou o universo maçônico (MOREL & SOUZA, 2005, p. 17-18).

A Maçonaria, assim, não expulsa o caráter cosmológico, visto que conta com a presença de um ser superior, um arquiteto responsável por manejará seus instrumentos, promovendo equilíbrio e felicidade. A existência de uma divindade leva à identificação errônea da Maçonaria como religião. Os maçons “crêem” em G.A.D.U., que seria o Grande Arquiteto do Universo. Na verdade, seria uma representação de deus independente das instituições religiosas às quais seus membros estão vinculados. Trata-se de um deus único, representado de formas diferentes em cada religião. Cabe salientar que dentro da maçonaria existem pessoas inseridas em diferentes instituições religiosas e isso é um motivo de orgulho para eles. Valores morais relativos às concepções modernas, como liberdade e tolerância religiosa, são marcas identitárias imprescindíveis. É justamente pelo fato de ter a pluralidade de crenças individuais como valor estruturante que a maçonaria não se concebe como religião, mas corroborando com a ideia de individualidade do maçom.

Mas a questão religiosa está sempre presente. Não cabe aqui entrar na complexa discussão sobre a distinção entre religião e magia, presente na literatura antropológica desde Durkheim (1912). Contudo, em termos históricos, o conceito de religião esteve associado à Igreja, esta como detentora das verdades universais. Assim, o que não estava no âmbito das crenças e práticas da Igreja era caracterizado como magia ou demonizado. É neste sentido que Tavares (2007) discute as relações conflituosas da Igreja Católica e a Maçonaria, particularmente no Brasil do século XIX. O surgimento e o alcance da Instituição geraram conflitos com a Igreja desde o início. A Instituição foi oficialmente rejeitada com a Bula In *Eminentis Apostolatus Specula*, de 1738, assinada pelo Papa Clemente XII (BARATA, 1994, p.80) que condenava a maçonaria por ser uma “sociedade secreta” e condenava à excomunhão os católicos maçons. Outro documento relevante foi *Providas Romanorum* (18/05/1751), do papa Bento XIV, que ratificou as premissas do anterior.

Esses documentos condenavam a Maçonaria mais pelo seu caráter secreto, o que a tornava digna de desconfiança por parte de todos os poderes constituídos, clericais ou leigos. Após a Revolução Francesa, onde alguns dos princípios fundamentais do liberalismo foram implementados e exemplarmente sintetizados na Declaração

dos Direitos do Homem e do Cidadão e na constituição Civil do Clero, a Igreja recrudescer suas posições com relação aos maçons e demais sociedades secretas (TAVARES, 1997, p. 4).

Com a proibição, houve também a rejeição popular, o que fez com que, ao longo do tempo, a maçonaria se tornasse cada vez mais discreta, fato que não repercutiu na incorporação em seus quadros de membros influentes. Por exemplo, mais de 14 presidentes dos Estados Unidos eram maçons. Além de George Washington, temos outras figuras históricas relevantes, como James Monroe, Andrew Jackson, James Polk, Andrew Johnson, Theodore Roosevelt, dentre outros (KERKADO, 2005, p. 43). Vale lembrar que elementos mágicos, no sentido negativo, foram incorporados à versão popular somando ao caráter obscuro de uma “sociedade secreta” características demoníacas.

Aliás, essa disputa com a Igreja Católica foi a grande responsável pela criação de um estigma negativo. “Adoradores do diabo”, “ocultistas” e outros nomes são costumeiramente utilizados para descrever os maçons. Dentre essas denominações, ganha relevo um termo curioso: *bode*. Os maçons eram assim chamados por conta das patas desse animal, que faziam referência a Lúcifer. De qualquer modo, a figura de um deus “chifrudo” foi o principal causador da perseguição aos Cavaleiros Templários, motivando a tomada de suas terras e suas riquezas pelo rei e pela Igreja (MASIL, 1986, p. 55).

Dentro da Irmandade, o termo bode tem outro significado. É um estigma negativo que foi adotado e transformado em um motivo de orgulho. O autor maçom Castellani afirma que o termo provém da era da Inquisição, em que os irmãos eram perseguidos e torturados. Porém, tal como “bodes”, não emitiam nenhum som, ou seja, não delatavam seus companheiros<sup>4</sup>.

No Brasil, não seria diferente, como veremos adiante. Intelectuais, comerciantes, políticos fortaleceram seu quadro de membros. Em uma reportagem, a Maçonaria é assemelhada a um “Clube de Vantagens”, onde é possível se manter contato com pessoas da mais alta escala social, além da relação profissional entre os membros preferindo-os em certas decisões.

---

<sup>4</sup> CASTELLANI, José. Colaboração do Ir.º Sérgio Paula Saraiva (ARLS Alberto Santos Dumont nº 420) - Circular

Entretanto, conclui que a Maçonaria abre portas, porém não as mantém abertas, ou seja, tudo fica a critério do desenvolvimento destas relações sociais e de poder (CORDEIRO, 2009, p. 64).

Embora se constate tal difusão do que significa maçonaria, constando em livros e sites institucionais, que podem ser acessados por qualquer pessoa, o que a história e as trajetórias percorridas por ela evidenciam é a diversidade. E esta também não poderia ser diferente em relação aos mitos de origem, que demarcam bem esse ponto.

Sabe-se que todos os grupos humanos elaboram mitos de origem, tidos como patrimônio simbólico comum. De acordo com Laraia (1997, p. 156), os mitos de origens são “marcados fortemente pelo etnocentrismo”, na medida em que visa a explicação do surgimento de um grupo específico. No caso da Maçonaria, existem versões endógenas sobre sua origem. E esta é justamente o que divide o que é chamado de Maçonaria Antiga e Maçonaria Moderna.

As antigas tradições indicam as origens no Egito Antigo, na sabedoria da construção das pirâmides, transmitidas oralmente até Moisés, o que seria o elo com os elementos da cultura judaico-cristã. De posse dos conhecimentos, estes foram repassados até seu descendente, Salomão, que o aplicou na construção do templo de Javé. Esta versão dá uma nobreza única à própria Instituição.

Outro mito corrente sugere que teria surgido através dos cavaleiros templários que, fugindo da Inquisição, no ano de 1314, buscaram abrigo na Grã-Bretanha. Estes remanescentes teriam se fundido com as Corporações de Ofício de construtores, formando assim a Maçonaria. Um dos argumentos que embasa esta hipótese é o próprio termo de “pedreiro”, ou então “construtor”, que é a forma como se autodenominam, sendo no inglês *mason* e no francês *maçon*.

Apesar de todos os mitos de origem serem “legitimados” com a utilização dos símbolos nos rituais, nenhuma é tão marcante quanto a do personagem bíblico Hiram. Este era o arquiteto da construção de Salomão e, ao assumir o cargo, dividiu os operários em três categorias – Aprendiz, Companheiro e Mestre – que possuíam sinais e toques diferentes, com o intuito de distingui-los na hora do pagamento. Conta-se que ao perceber o término das obras, três Companheiros que não alcançaram o título de Mestre sequestraram Hiram com o intuito de obter a palavra secreta para receberem um pagamento maior. Este, não revelando, acaba por ser ferido e, posteriormente, morto.

Este mito carrega consigo uma grande carga simbólica, pois além de toda a divisão hierárquica da Ordem, trata do segredo e, principalmente, da fidelidade que deveria servir por nortear o próprio maçom (MOREL & SOUZA, 2005, p. 24-25).

Há neste momento uma ruptura entre a Maçonaria Antiga e Moderna. Esta última figura a partir de um momento histórico inglês o qual fervilha o iluminismo. Juntamente a isto, temos a questão da fundação realmente documentada da Maçonaria. Até 1717, eram realizadas em tabernas e locais escondidos, sendo o sigilo completo uma diretriz básica. Historicamente, a documentação aponta que a origem institucional data de 24 de junho de 1717, com a fundação da Grande Loja de Londres.

A criação da Grande Loja da Inglaterra demarca a transição da Maçonaria operativa, surgida na Idade Média pelos construtores das grandes catedrais para a Maçonaria especulativa, ou filosófica, onde passaram a ser aceitos não somente pedreiros, mas também livre-pensadores. A França foi o grande centro de difusão das idéias maçônicas, e segundo Maurice Agulhon, em 1789, o país possuía cerca de 50 mil iniciados e em todas as cidades existia pelo menos uma loja (VOYELE apud BARATA, 1999, p. 32).



Imagem 2

### ***I. 2 – O papel da Maçonaria no Brasil do século XIX.***

Já não pode haver mais dúvidas acerca do papel que a maçonaria representou na história brasileira desde fins do séc. XVIII, quando aqui penetra e se organiza. Papel que não é somente aquele que em regra se lhe concede, o mais insignificante deles, e que é o de uma de suas lojas, o Grande Oriente do Rio de Janeiro, e seu rebento, o Apostolado dos Andradas(43), que saem a público dirigindo os últimos acontecimentos que precedem imediatamente a Independência e a determinam. O papel da maçonaria é muito mais amplo e profundo, como também mais antigo; e mais que tudo, é orgânico, articulado dentro e fora da colônia, sistemático e



consciente. Não seria por simples coincidência que os principais fatores da Independência, até o próprio futuro Imperador, sejam maçons, que todas as palavras de Ordem, que saem a público e procuram orientar os acontecimentos, apareçam antes e se elaborem nas lojas maçônicas. Não se trata de coincidência. O que há é uma ação subterrânea e sistemática que trabalha em certo sentido. Noutras palavras, além dos indivíduos que atuam em todos os grandes fatos da nossa história desde os últimos anos do séc. XVIII, há uma organização em atividade, organização de que muitas vezes aqueles indivíduos nada mais são que simples instrumentos, e digamos a palavra, nem sempre perfeitamente conscientes de seus atos (Prado Junior, 1994, p.370-1).

Oitenta anos depois da abertura da Loja de Londres, a primeira Loja maçônica no Brasil se reúne, em 1797, a bordo da fragata “La Preneuse”, na costa da Bahia. Posteriormente, temos em 1800 a criação em Niterói da Loja “União”, que foi a primeira em terras da região. Depois, ocorre a inauguração de diversas Lojas, porém todas vinculadas ao Grande Oriente Lusitano. Esta situação só muda em 17 de junho de 1822, com a criação do Grande Oriente do Brasil, à qual todas as Lojas em território brasileiro têm de se reportar para ter seus ritos reconhecidos (CASTELLANI, 1993, passim).

A exemplo do que já apontava Caio Padro Jr., as transformações político-sociais à época contaram com a forte influência da maçonaria, por meio de seus representantes. Os acontecimentos, os lugares e os personagens conformam a identidade e a memória dos grupos, como quer Pollak (1992). Neste caso em particular, vários destes personagens transitavam entre o grupo específico e a nação em processo de construção. Desde sua fundação, à maçonaria se integraram personalidades iminentes, como Dom Pedro I, iniciado em 1822 e elevado a Mestre logo em seguida (COSTA, 2005, p. 48).

Retornando à observação sobre o posicionamento durante a segunda metade do século XIX, podemos compreender a ocorrência dessa fusão entre ideário nacional e ideal maçônico:

Durante o Segundo Reinado, uma análise da relação dos 85 nomes que compuseram os gabinetes ministeriais, entre 1870 e 1889, revelou que aproximadamente 13% deles pertenciam ou pertenceram à Maçonaria. Já no Conselho de Estado este percentual aumentava para 30% dos 48 conselheiros no mesmo período. [...] a relação dos 77 senadores vitalícios das seis províncias mais

importantes do Império [...] revelou um percentual aproximado de 21% de maçons (BARATA, 1999, p. 138).

Com esta influência exercida pelo aparato político, a Maçonaria acaba de certo modo expondo alguns de seus fundamentos morais. Em contrapartida, a sociedade civil encontra-se subordinada a uma força que desconhece e que está estruturada em torno de um suporte legal, mas que é coesa e se adapta à realidade conjuntural, o que faz com que essa difusão tenha sucesso em determinados meios de sociabilidade comum (BOURDIEU, 1998, p. 8).

Na segunda metade do século XIX, o Brasil sofria certa influência dos ideais iluministas oriundos da Europa, e parte da Maçonaria adotou estes por preceitos. Todavia, percebemos também que estes ideais eram os fundamentos da Maçonaria, eram algumas de suas *landmarks*<sup>5</sup>. Desta forma, podemos estabelecer a conexão entre a participação efetiva da ordem no processo de mudanças na sociedade brasileira do século XIX através da presença de maçons na política em cargos de peso.

É importante ressaltar que, para a funcionalidade do liberalismo, foi necessário adaptar padrões, ou seja, embutir as ideologias européias sob a matriz de outras realidades. De certa forma, este é o motivo pelo qual este ideário era tão ambíguo, pois apesar de ser público nos discursos políticos inflamados, era descolado da política real e a mobilização das classes inferiores era baixa, acontecendo somente quando era de interesse das elites (NOGUEIRA, 1984, p. 64).

Neste sentido, pode-se observar que as personagens constantes na memória da maçonaria, como as eminentes figuras mencionadas, extrapolam os limites individuais, com trajetórias e biografias particulares. Representada por seus membros, a maçonaria passa a estar presente nas diversas instâncias do poder, influenciando e sendo influenciada pelas dinâmicas sócio-políticas.

Dois exemplos dessa inserção são a luta pela libertação dos escravos e a República.

---

<sup>5</sup> *Landmarks* seriam marcos os quais são inerente a própria condição de maçom. Por exemplo, “a Maçonaria é uma Ordem à qual não podem pertencer senão homens livres e de bons costumes, que se comprometam a pôr em prática um ideal de paz” (COUTO, 2005, p. 14).

É necessário aqui seguir o caminho da factualidade para pontuar essa participação maçônica nestes processos. Em relação à emancipação gradual do trabalho escravo, temos a instauração da Lei Eusébio de Queirós, que foi o passo inicial do processo. Publicada em 4 de setembro de 1859, esta proibia o comércio de escravos para o Brasil. Todavia, após o comércio interprovincial e a corrupção presumida das autoridades – devido ainda ao grande número de escravos –, posteriormente foi sancionada uma outra lei, em 1854. Esta, a Lei Nabuco de Araújo, previa sanções para autoridades que encobrissem o contrabando. O cerco começa a se fechar (BN, 2008, p. 18).

Em 1870, temos a lei do Ventre Livre, promulgada durante a gestão de Visconde do Rio Branco, Grão-Mestre da Maçonaria no Brasil. Em 1885, é aprovada a Lei Saraiva – Cotegipe, também chamada de Lei dos Sexagenários. Esta libertava os escravos com mais de sessenta anos, mas estes tinham de cumprir mais cinco anos de trabalho. Os que já tinham sessenta e cinco anos estariam libertos. Os abolicionistas consideravam esta lei ilusória, visto que a expectativa de vida dos escravos era muito baixa<sup>6</sup>. A sanção da Lei Áurea em 1888 vem para coroar o processo gradual e ocorre durante o mandato do Ministro João Alfredo Correa de Oliveira, maçom.

Já para a construção da República, Deodoro da Fonseca emerge como um ilustre representante maçom. A Ordem<sup>7</sup> perdura no poder com o Governo Provisório formado totalmente por um Ministério Maçom com Campos Sales, Wandenkönig, Benjamin Constant, Rui Barbosa, Demétrio Ribeiro, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo. Efetivamente, a Maçonaria só sai do poder após o governo do maçom Floriano Peixoto, que resiste a levantes e entrega o poder para presidentes civis (ASLAN, 1973, passim).

Para corroborar com este modo de ver a Maçonaria não como um bloco coeso, mas como uma Instituição formada por distintos agentes, nos apoiamos em Marco Morel (2005). Morel expõe estas cisões internas de forma sutil, mas altamente perceptível. Determinado grupo defendia a ação política da maçonaria enquanto outro tinha como prerrogativa a caridade e o bem-estar social. Contudo, concordavam com o credo no Homem:

---

<sup>6</sup> LOPES, Luís Carlos. *O espelho e a imagem: o escravo na historiografia brasileira-1808-1920* Achiamé – Rio de Janeiro – 1987 – Pág.57.

<sup>7</sup> Para esclarecimentos, os termos “Maçonaria”, “Ordem” e “Fraternidade” serão usados durante este trabalho com o mesmo significado, que é a Maçonaria enquanto Instituição.

Os maçons nem sempre eram revolucionários – havia uma espécie de gradualismo evolucionista nesta libertação da Humanidade. Se cada indivíduo atingisse o degrau máximo e hierarquizado desta escala da perfeição, as revoluções se tornariam desnecessárias (MOREL, 2005, p. 19).

Neste ponto, atestamos uma relação interessante. A Maçonaria acaba construindo uma memória “pró-Nação”, tendo por proposta a constituição de um sentimento de identidade, reconhecimento e união do povo através de fatos que eram cotidianos, mas que só ganharam destaque em determinado momento. Desta forma, as punições corporais acabavam ganhando destaque nos jornais, para causar a sensibilização da população e o seu consequente apoio ao movimento abolicionista, da mesma forma como a opressão da monarquia e a má administração dos rumos nacionais tinham o mesmo intuito para com a fundação da República.

Ao nos apossarmos do conceito de memória artificial de Paul Ricoeur (RICOEUR, 2007, passim), podemos traçar um paralelo não com a construção dos fatos, mas sim com a amplitude e o tempo oportuno com que estes alcançam a grande massa, manipulando de certa forma o apoio popular.

O que caracterizamos até o momento foi o envolvimento maçônico direto com a política nacional e de que modo esta conexão afetou a sociedade. A relação paradoxal entre discrição e difusão – se opondo á visibilidade e publicidade – chama a atenção, pois ao mesmo tempo em que busca a ampliação de suas ideias, não busca a promoção de si mesma, devido a um instinto de sobrevivência. Sobre isso, nos diz Habermas:

A política do segredo, na época do Iluminismo, típica das lojas maçônicas, mas também difundida entre outras ligas e associações, é de caráter dialética. A razão que deve concretizar-se na comunicação racional de um público de homens cultos, no uso público do entendimento, por ameaçar uma relação qualquer de poder, ela mesma necessita de proteção de não se tornar pública (HABERMAS, 1984, p. 50).

Deste modo, vemos uma frágil fronteira entre a participação destes homens que se posicionavam não enquanto maçons, mas como líderes políticos. Apesar de a esfera pública não

possuir os moldes característicos de uma Instituição, percebemos uma Instituição dentro da esfera pública, agindo de acordo com seus preceitos e com claro reconhecimento de poder e influência. Estas, sim, construídas por meio das relações sociais, visto que apesar da participação não possuíam legitimação formal, mas estavam arraigadas devido às relações interpessoais entre a sociedade política, civil e intelectual. A palavra “público” aqui muda de sentido. Ao invés da significação de um elemento pertencente ao Estado, agora trata-se de algo ampliado para todos no conceito de espaço público moderno. E isto representaria a aceitação destes ideais por uma parcela considerável da população.

A disseminação e a diversidade de ritos indicam a heterogeneidade deste grupo. Estes são uma série de orientações cerimoniais sobre a realização dos trabalhos realizados nas reuniões. Os ritos também possuem um significado hierárquico, o qual estabelece uma posição dentro do conhecimento da própria filosofia da Ordem. Os três graus iniciais são chamados de “simbólicos”. Estes se referem aos aprendizes, companheiros e mestres, que são títulos comuns a todos. Os graus variam de 3 a até 33, dependendo do rito (MOREL & SOUZA, 2008, p. 18-19).

Há inúmeros ritos sendo exercidos por todo o Brasil. Chama a atenção, por exemplo, que no Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito, há Lojas preparadas para cerimônias de outros ritos, e acontece o mesmo com o Palácio do Lavradio. Podemos citar o próprio Rito Escocês, além do Rito de York, o Adonhiranita, o Frances, e até mesmo o Rito Brasileiro, que completou 44 anos recentemente<sup>8</sup>. Além de cerimoniais, há claras distinções na própria chegada aos maçons em suas datas de reuniões, pois cada qual usa roupas de acordo com seu rito. Em geral, a própria cor da gravata indica a qual rito a Loja pertence. Por exemplo, enquanto os membros da Loja de York usam gravatas pretas, os membros que seguem o Rito Brasileiro usam uma gravata grená, além de outras observações possíveis<sup>9</sup>.

Apesar de toda essa possibilidade de ocorrer uma divisão no reconhecimento do “Irmão”, não é isso que percebemos atualmente. Elementos unificadores e ancestralidade são acionados em prol de uma construção de identidade maçônica comum, geralmente atrelado a algum evento histórico ou, principalmente, ao acionamento da memória de indivíduos de destaque social,

---

<sup>8</sup> Informação obtida através de Boletim Comemorativo emitido pelo Grande Oriente do Brasil, via email.

<sup>9</sup> Observado por etnografia e entrevistas nos locais citados.

fazendo com que este grupo se una em prol de objetivos comuns – obviamente, quando estes existem. No caso, a formação de identidade maçônica se une em prol de reivindicar sua participação histórica e sua rememoração para o seu próprio grupo.

### ***1.3 Memórias Vivas: identidade e segredo como patrimônio***

Para os maçons, o segredo está intimamente ligado à forma pela qual o grupo se percebe e é percebido pela sociedade englobante. No que tange ao entendimento interno, trata-se do único modo para se praticar a liberdade e a igualdade dentro de um ambiente anteriormente cercado por uma conjuntura absolutista. Nesse âmbito, destacam-se também a união e a lealdade, que são praticados através desse modo de operação. Por último, mas não menos importante, os maçons defrontaram-se com perseguições religiosas, o que fez com que se recolhessem ainda mais. Não obstante, é importante frisar que, sendo uma Instituição medieval e tradicionalista, a maçonaria mantém certas convenções até os dias atuais.

As Lojas maçônicas funcionam como um espaço de sociabilidade constante. Neste espaço de sociabilidade, verificamos a atuação da maçonaria enquanto grupo, mas não consideramos que esta suposta coesão siga o direcionamento de certos homens, ou seja, de indivíduos que atuam de acordo com seus próprios anseios e interesses.

Os maçons agiam enquanto pertencentes a um grupo com normas morais, de acordo com seus valores pessoais e de acordo com sua posição política – leia-se cargo – e, conseqüentemente, de acordo com seus interesses. Dentro deste contexto, destacamos o conceito de uma identidade partilhada, ou como diz Bauman, uma identidade “guarda-roupa”, a qual compreende várias identidades, sendo escolhida uma para cada situação, visto que estes membros transitavam em diversas esferas sociais (BAUMAN, 2005, *passim*).

Não podemos deixar de destacar a questão da formação identitária e unificadora a partir de um modelo ímpar de sociabilidade (BOSCHI, 2004, p. 28). Por se tratar de uma sociedade chamada anteriormente de “secreta”, temos que analisar justamente o que este “segredo” significa para a Maçonaria. O caráter secreto visa, em suma, proteger os membros das Lojas contra perseguições dos governos e de outros grupos sociais, conforme os documentos

analisados indicam. Todavia, acabam exercendo uma função inconsciente, servindo como meio unificador.

Todos os grupos sociais possuem elementos de identificação entre seus membros. Para a Maçonaria, o caráter de confiança no “Irmão” é algo importante a ser levado em consideração, pois, ao mesmo tempo em que se guarda o segredo do outro, este guarda o seu. Dessa forma, cria-se um sistema de confiança onde esse circuito se torna um vínculo sólido, aproximando-os. De acordo com Simmel:

O segredo situa a pessoa numa posição de exceção; opera como uma atração pura e socialmente determinada. É basicamente independente do conteúdo que guarda, mas naturalmente torna-se cada vez mais efetivo na medida em que a sua posse exclusiva ganha em amplitude e em significado (SIMMEL, s/d. p. 3).

A relação de interdependência com quem detém o segredo tende a se fortalecer, causando uma aproximação ainda maior. O mais interessante é que, com toda essa relevância do próprio segredo, o seu significado mesmo é relegado à segunda instância, sem uma preocupação maior da sociedade. Ou seja, a sociedade preocupa-se mais com o fato de existir um grupo que possui um segredo entre si do que realmente em descobrir do que se trata esse segredo. Por outro lado, ter um segredo aguça a formação de versões sobre o que está sendo escondido, corroborando estigmatizações e perseguições, como já foi mencionado para o caso das acusações de magia.

Por significado, a própria palavra “segredo” quer dizer sigilo. E esse sigilo, na verdade, diz respeito ao que é discutido dentro das reuniões maçônicas, seja de caráter sociopolítico, seja místico. Sobre esse tema, destacamos a discussão de Costa acerca do comum mal-entendido acerca desse tal sigilo: “quanto aos aspectos relativos ao segredo maçônico, ele está apenas reduzido ao respeito pela reserva da intimidade das opções de cada um, ou seja, não é lícito a um Maçom revelar a um profano a condição de Maçom de um seu Irmão sem o seu consentimento” (COSTA, 1999, p. 33).

Assim sendo, esse segredo causa um afastamento dos estudiosos “profanos”<sup>10</sup> e, conseqüentemente, ajuda na construção de um rótulo segundo o qual a maçonaria seria uma sociedade secreta, completamente fechada. Tal afirmação, porém, não condiz com a natureza cientificista do grupo: prezando pelo estudo, os maçons não poderiam, de forma alguma, fechar suas portas aos pesquisadores em geral. Infelizmente, apesar deste caráter, não é isto que observamos na prática, especificamente no Brasil.

Ao estudarmos a maçonaria enquanto grupo social, não podemos analisá-la como um bloco homogêneo somente; temos de observar também as nuances em caráter individual. Por isso, é necessário levantar a pergunta do que é ser maçom.

Devido a estas peculiaridades, devemos pensar a Maçonaria como um grupo que se entende como detentor de uma posição filosófica como diretriz e, por isso, busca uma base doutrinal semelhante. Esta base contribui para a formação da identidade do indivíduo, pois ele elenca estes preceitos quando lhe são dadas estas escolhas, utilizando-as numa concepção de sociedade ideal (BERSTEIN, 1998, p. 350).

Todavia, é fundamental frisar o quanto a sociabilidade é relevante para este grupo. Suas relações com as maçonarias de outros países são importantes tanto para a formação da identidade quanto para o alcance dos objetivos em comum. Por exemplo, na Argentina, a maçonaria tinha mais de 900 membros na alta escala social, com evidente projeto político liberal, adotando as mesmas posturas da Maçonaria brasileira no contexto nacional (QUIROS, 2007, p.95).

Fica claro que a Maçonaria brasileira possui a imagem de um discurso uno, ou melhor, a de um único discurso político, uma única cultura política. Mas o que vemos na verdade é um conjunto de homens que se destacam dentro da Ordem e da política nacional, cada qual com um objetivo. Afinal, o discurso não é uno, mas o indivíduo o é.

O surgimento da ideia de indivíduo na modernidade traz consigo uma reanálise sobre a história como nós conhecemos. O que antes era causado pela união de determinados grupos em prol de um objetivo, agora é visto como uma soma de resultados causados por personagens históricos, cada qual com seu interesse. Como nos diz Simmel:

---

<sup>10</sup> Aquele que não é Maçom.



Desse modo, a sociação é a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas (SIMMEL, 1983, p.166).

A existência dessa pluralidade faz com que tenhamos de analisar não mais a ideia de uma única cultura política maçônica, e sim de várias culturas políticas. Por definição, engloba a cultura política as maneiras de perceber, de agir, de articular, de justificar, de interferir nos espaços públicos, na legitimação ou na crítica e, principalmente, na confecção de bens comuns em bens públicos (CEFAI, 2001, p.94).

O que queremos dizer é que assim como cada indivíduo possui uma visão e um interesse, na Maçonaria, mesmo sendo um suposto grupo coeso, existem interesses individuais circulando dentro do espaço de sociabilidade (BOSCHI, 2004, p.28.)

Tais espaços servem como válvula de escape e ao mesmo tempo um local onde os interesses plurais são expostos e tentam se adequar uns aos outros, justamente pela sensação de uma coesão inexistente e, ao mesmo tempo, pelo sentimento de unidade proposto pelo mesmo espaço. É uma relação paradoxal na qual a identidade é renegociada a cada momento.

Ao destacarmos a participação da Maçonaria, é inevitável tratar os membros da Ordem, personagens históricos, como grandes ícones. E é justamente isto que eles são tanto para a história da nação quanto para a própria história da Maçonaria. Mas o objetivo aqui é evidenciar como tais ícones estão constantemente presentes na memória maçônica, constante em seus lugares de memória (Museu e Centro cultural).

Segundo Girardet, “mitos são complexos e duradouros sistemas de crenças. São por definição, ficção e realidade, não estando sujeitos a confrontações que sigam uma lógica racional demonstrativa” (GOMES, 2005, p.34). Podemos compreender sobre a questão do mito que a figura de um ser como referencia serve tanto como um modelo a ser seguido quanto motivo de orgulho pelo sentimento de pertencimento àquele grupo. Isto para a Maçonaria é extremamente importante, visto que o século XIX foi a chamada “era de ouro” da Irmandade no Brasil,

produzindo nesse período personagens que perduram até os dias atuais como o ideal do que é ser verdadeiramente um maçom.

Isto é perceptível na descrição dos feitos políticos do período. Quando feito por algum maçom, este sempre era aclamado em sessões e boletins internos, como por exemplo, o Boletim do Grande Oriente do Brasil, criado em 22 de setembro de 1871. Ele teve um importante papel para a Maçonaria no Brasil, inclusive tendo publicado um editorial de abertura aclamando e parabenizando o Visconde do Rio Branco pela assinatura da Lei do Ventre Livre<sup>11</sup>.

Os mitos políticos são mobilizadores, possibilitando uma unificação de discursos, vozes, dentro do grupo; permitem uma apropriação de valores ao serem retirados do contexto histórico. Por exemplo, o Visconde de Rio Branco possuía destaque no meio maçônico, a valorização do que o “mito Rio Branco” se tornou maior para o grupo pelo que ele – pessoa – significava, tanto no universo maçônico quanto na política nacional. Por isso, obviamente, precisamos exercitar o princípio da contextualização. Os espaços de sociabilidade maçônica são cercados por uma forte identificação e capacidade de associação/interação desses indivíduos. Vivem um momento de mudança, com uma hierarquização interna e ao mesmo tempo cercado de ideais republicanos (AGULHON, 2009, *passim*).

Os símbolos são importantes tanto para o grupo quanto para o indivíduo. Em um espaço onde a simbologia é referência identitária, faz sentido colocá-la dentro do processo de politização. Os comportamentos políticos externos acabam refletindo o que emana daquele espaço associativo.

A hierarquização também configura um elemento importante. Aqui não se trata somente de identificar a vantagem de um grão-mestre sobre um aprendiz, o poder que possui um sobre o outro. Internamente, há respeito à hierarquia. Externamente, todos são maçons, mesmo que sejam somente aprendizes. Então, outra coisa a se destacar além dos indivíduos é observar com quem este mesmo indivíduo se relaciona.

Isto nos leva novamente a pensar sobre os interesses. Dentro daquele espaço, ocorre uma aproximação individual que enaltece a identidade coletiva quando é conveniente evocá-la. Da

---

<sup>11</sup> Boletim do Grande Oriente do Brasil – Ao Vale do Lavradio – Dezembro 1871 - editorial

mesma forma, estes laços não são eternos, pois são desfeitos quando o interesse mútuo se torna extinto (ELIAS, 1994, *passim*).

Por tudo isto, é interessante frisar os valores individuais como um conjunto construído através do conhecimento e estimulação externos. O homem possui uma subjetividade impossível de determinar causas e efeitos. Não se pode descartar a assimilação através da participação nem somente pelos *habitus*, assim como não podemos atribuir as atitudes humanas somente por um único interesse.

A sociabilidade é fundamental para a formação dos comportamentos políticos, da mesma forma que as participações nos espaços associativos também o são (AGULHON, 2009, *passim*).

Até aqui, a análise foi feita com base na participação da Maçonaria nesse período. Mas não ignoramos por total a influencia de outros grupos neste processo. Lembramos então que a memória coletiva é partilhada, não sendo, porém, unânime. A Maçonaria participa como um grupo, porém, como todo grupo, é formado por homens, cada um com sua própria “teia” de relações e com sua própria linha-mestra de pensamento. E é justamente isto que caracteriza o grande número de culturas políticas não só neste período, contribuindo cada qual ao seu modo para a formação do Estado brasileiro.

A quantidade de especulações a respeito da participação da maçonaria é tão grande quanto a de informações supersticiosas ou estigmatizantes. Não só de fundamentalistas contrários, mas também fruto de uma hipervalorização interna sobre quem são os maçons e qual a missão e importância da maçonaria.

Ter uma visão pontual sobre a unidade, afirmando a existência de grupos dominadores e dominados, segundo Gramsci (apud BERSTEIN, 1998, p. 352), aponta para um conceito de ideologia; atualmente, vemos no termo “culturas políticas” uma abrangência maior das pluralidades, não subjugando nenhuma sob a outra, e sim analisando como esse sistema de interação entre os indivíduos criou a possibilidade do desenvolvimento da Fraternidade de modo tão claro que até hoje são feitos estudos da participação maçônica no processo político imperial.

Por fim, é mister perceber as nuances entre o fato histórico e a memória maçônica. Pode-se notar que a maçonaria se arraiga na sociedade pouco a pouco, através da política. Tal fato nos

mostra o quanto é crucial analisarmos ponto a ponto essa Instituição, pois assim estaremos, ao mesmo tempo, recuperando uma parte importante da nossa história através do olhar do outro e compreendendo mecanismos cosmopolitas de interação social na sociedade contemporânea, já que, como nos diz Elias, a importância social está fixada nas relações entre grupos e os indivíduos (ELIAS, 2000, p. 32).

#### ***1.4 - Identidade maçônica e hipervalorização da memória***

O caráter de continuidade, considerando as transformações no tempo, evidenciam características importantes no processo de institucionalização. De acordo com Berger e Berger (1999, p. 198) as instituições sociais apresentam como características: 1) a exterioridade; 2) a objetividade; 3) a coercitividade; 4) a autoridade moral e 5) a historicidade. Para nossa análise vale retomar a conceituação desenvolvida pelos autores a respeito da historicidade.

As instituições têm a qualidade da historicidade. Não são apenas fatos, mas fatos históricos; têm uma história. Em praticamente, todos os casos experimentados pelo indivíduo, a Instituição existia antes que, ele nascesse e continuará a, existir depois de sua morte. As idéias corporificadas na Instituição foram acumuladas durante um longo período de tempo, através de inúmeros indivíduos cujos nomes e rostos pertencem irremediavelmente ao passado (1999, p. 198).

A conceituação de uma Instituição passa por diversos pilares. Podemos compreendê-la como uma seleção de normas e padrões com objetivos pré-determinados (FICHTER in LAKATOS & MARCONI, 1999, p. 168). De todo modo, estas possuem características gerais, tais como “finalidade; conteúdo permanente; estruturadas; unificadas e com determinados valores (idem, p. 169)”. Ponto a ponto, podemos enquadrar a Maçonaria dentro deste formato.

Na primeira característica, finalidade, a irmandade tem como preceito a busca pelo desenvolvimento da humanidade, e este vem através da evolução de um homem enquanto indivíduo e participante da sociedade. A relação entre os indivíduos e a ação social deles em diversos grupos fazem com que toda a sociedade se transforme a partir de um.

No quesito conteúdo permanente, o que se destaca é o ideal de igualdade, que pressupõe uma relação entre indivíduos de diferentes culturas e estratos sociais, mas ao mesmo tempo possuindo um *ethos* próprio.

A estruturação segue a direção de uma hierarquia pré-determinada, o que faz com que haja uma coesão entre estes membros, determinando a cada um deles um posicionamento dentro do grupo. Como por exemplo, temos um organograma<sup>12</sup> hierárquico dentro de um segmento maçônico, o Supremo Conselho do Brasil.

Sobre estruturas unificadas, encontramos dentro de preceitos da Maçonaria diversas potências, a saber: o Grande Oriente do Brasil, o Supremo Conselho do Brasil, dentre outras, cada qual com sua própria função. Estas se reduzem em células, ganhando autonomia, porém sem perder a identidade.

Finalmente, os valores: o maçom praticante, em teoria, precisa seguir uma série de valores morais e códigos de conduta. Dentre eles, podemos destacar o fato de seguir as leis, apresentar bons costumes, ter boa família, dentre outros presentes nos documentos institucionais<sup>13</sup>.

Além disto, os modos de difusão já citados anteriormente variam em diversos postos-chave na sociedade. Temos poetas, pensadores e jornalistas, todos de bastante destaque na sociedade Imperial.

A Maçonaria possui como princípio a melhora da humanidade através do homem, e o ponto de partida são seus participantes. Justamente por isto se envolvem nos processos que trazem a quebra de paradigmas sociais. A Maçonaria relaciona-se com a moral, e isto é elevado a outro patamar através do poder legal exercido por alguns de seus membros, visto que esta – a moral – acaba sendo acolhida pela sociedade como o “posicionamento certo” (DOUGLAS, 1998, p.76).

---

<sup>12</sup> ANEXO I

<sup>13</sup> Grande Oriente do Brasil. Disponível em:

[http://www.gob.org.br/gob/index.php?option=com\\_content&view=article&id=275&Itemid=270](http://www.gob.org.br/gob/index.php?option=com_content&view=article&id=275&Itemid=270) consultado em 07/07/2010

Neste sentido, podemos problematizar também a questão universalista. Por ser uma Instituição que está agindo em diversas partes do mundo, ela se vê no direito de ditar o que é ou não moral no sentido moderno, tornando a transmissão destes em sua própria missão (idem, p. 110). Destaca-se o apoio pela visão humanitária hegeliana, sendo recebida de forma adaptada à conjuntura sociopolítica brasileira (HEGEL apud COSTA, 1999, p. 50).

Tal aproximação com o poder legitimado faz com que as atitudes, de certo modo, se justifiquem. Ao longo do tempo, este se consolida ainda mais, visto que a memória é utilizada como forma de justificar e manter o poder dentro de um meio social. Para analisarmos estas relações de poder, temos de observar com calma o modelo jurídico que assinala o indivíduo – no caso, o grupo – como um sujeito de direitos naturais e que se coloca como detentor da responsabilidade de concretizar o modelo ideal de Estado, fundamentando assim o poder também através das leis (FOUCAULT, 2005, *passim*).

Deve-se notar uma certa responsabilidade moral criada pela maçonaria para com o próprio maçom. Além do segredo, exposto anteriormente como elemento unificador, encontramos a questão de um objetivo comum para unir esses indivíduos. Sobre isso, nos diz Goffman:

As pessoas que têm um estigma particular tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu - uma "carreira moral" semelhante, que não só causa como efeito do compromisso com uma seqüência semelhante de ajustamentos pessoais (GOFFMAN, s/d, p.30).

Tido como diretriz, existe ainda o estímulo da Fraternidade entre os homens. Do mesmo modo, como diretriz de comportamento individual, cobra-se do maçom uma atitude moral exemplar para com seus pares, justamente porque, ao mudar a si próprio, o homem muda toda a humanidade, utilizando até mesmo este princípio de Fraternidade.

Devido à sua antiguidade, a Maçonaria preserva até hoje, o grande saber universal e é sua missão transmiti-lo a homens dignos. Ela conclama seus adeptos a exercitarem-se na prática da solidariedade humana e a cumprirem os seus deveres para com Deus, a Pátria, a Humanidade, a Família, o Próximo e para Consigo. Fiel às regras preservadas do passado, o estudo maçônico é transmitido sob a forma de graus, sendo cada grau concedido num inspirado Ritual Iniciático, que remonta as antigas Escolas Iniciáticas de Sabedoria<sup>14</sup>.

Há diversas outras exigências na postura do maçom. Tais normas moldam e limitam o caráter, permitindo ao homem se tornar útil para a sociedade como um todo. Teoricamente, óbvio. Contudo, não podemos deixar de salientar que, para um grupo montar o seu patrimônio imaterial, ele requer diversas práticas que caracterizam unicamente aquele grupo. E, nesse caso, a caracterização é a obrigação de agir de forma exemplar com todos.

Outra característica de cultura própria é seu caráter iniciático. A fim de entrar no grupo, é necessária a aprovação de todos os outros para que não ocorram desavenças dentro da organização, além de uma investigação total sobre o candidato, podendo esse ter o ingresso negado. Caso tudo corra bem, existe uma cerimônia simbólica na qual o membro se torna parte de um corpo total.

A oralidade também é muito presente na Ordem. Diversas reuniões ocorrem semanalmente, o que faz com que esse (re)conhecimento seja passado através de seus membros, quase nos mesmos moldes de sua criação, visto que pouco mudou na cobrança de postura do grupo. Poucas instituições perduram por tanto tempo, e essa face oral é o que torna a Maçonaria viva e ativa, permitindo sua presença no país, tanto no Império quanto atualmente, pois o conhecimento é passado através de aprendizes e permanece em uso, o que faz que esse não caia em esquecimento (SANT'ANNA, 2003, p. 50). Além disso, a questão do segredo que já foi explicitada anteriormente expõe o receio de que se formassem provas físicas dos envolvimento em reuniões, dando vazão à comunicação verbal entre eles naquele momento. Isso nos remete a Benjamim e à relevância do próprio grupo enquanto narrador de sua própria história.

---

<sup>14</sup>Portal Grande Oriente do Brasil do Rio de Janeiro. <http://gob-rj.org.br/portal/content/view/13/29/> Consultado em 07/12/2010.

Essas formas de expressão, além do modo de vida, caracterizam a aprendizagem repassada. Elas não “precisam ser atualizadas” nem “carecem de suporte físico” para perdurarem (FONSECA, 2003, p. 66), mas assim o são por fazerem parte da cultura do grupo. O patrimônio material acumulado por esses é relevante para eles e para o povo brasileiro, pois remonta a um passado comum tanto do grupo isoladamente quanto da sociedade brasileira, não esquecendo que ambos se misturam. Mas somente eles – os objetos – não significam nada. Precisa-se do valor agregado. Precisa-se do patrimônio imaterial (Idem, Ibidem.).

A intenção deste trabalho não é expor ponto a ponto o surgimento da categoria de patrimônio imaterial, e sim percebê-lo dentro de um determinado grupo como um fator relevante para uma cultura própria, caracterizando-a. Inicialmente, precisamos expor o que é o inatingível. Essa categoria de pensamento contrapõe-se com o que se chama de material ou, de acordo com a literatura recorrente, de “pedra e cal”. Como nos diz Gonçalves, “(...) a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida” (GONÇALVES, 2003, p. 24).

Ao analisar as referências sobre a Maçonaria, encontramos alguns preceitos que fundamentam o que é ser maçom. E é justamente dentro desse contexto que identificamos a necessidade dessas normas para a identidade do grupo.

Como a maçonaria se utiliza de certas regras que os integrantes devem seguir, podemos enquadrá-las como comuns a todos<sup>15</sup>. E são esses posicionamentos que tornam-se seu patrimônio imaterial e que, conseqüentemente, valoriza o seu patrimônio material.

Algo relevante ao se estudar esse patrimônio maçônico – seja imaterial ou material – é observar como esses objetos “valorizados” possuem uma certa “aura mágica”, quase benjaminiana. Sobre isso, temos o conceito apresentado por Gonçalves (2005) de ressonância, segundo o qual os bens culturais só são valorizados externamente quando expressam e destacam para os outros o significado dentro de seu próprio meio. Assim, esses bens

(...) servem evidentemente a propósitos práticos, mas possuem, ao mesmo tempo, significados mágico-religiosos e sociais, constituindo-se em verdadeiras entidades, dotadas de espírito,

---

<sup>15</sup> ANEXO II



personalidade, vontade, etc. Não são desse modo meros objetos. Se por um lado são classificados como partes inseparáveis de totalidades cósmicas e sociais, por outro lado afirmam-se como extensões morais e simbólicas de seus proprietários, são extensões destes, sejam indivíduos ou coletividades, estabelecendo mediações cruciais entre eles e o universo cósmico, natural e social (GONÇALVES, 2005, p. 18).

Não obstante, cabe destacar o que mais é valorizado pela memória maçônica: membros que efetivamente tiveram relevância político-social, principalmente dentro do período de Brasil Império. Dessa forma, a história maçônica é misturada com sua memória, e os objetos pertencentes a esses membros ganham destaque como, por exemplo, uma sala de exposição ou, indo mais além, um Centro Cultural, situado no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Desse modo, conseguem valorizar a sua memória, agregando-a à história do Brasil através de personagens, diretamente.

Primeiramente, temos que destacar as diferenças. A Maçonaria surge em um contexto absolutista, prezando por uma liberdade no sentido mais filosófico da palavra. Posteriormente, difunde-se através do mundo com o intuito de propagar seus ideais. Indo ao nosso objeto, temos a Maçonaria Brasileira surgindo em 1797 contra uma opressão portuguesa e adotando novas bandeiras de batalhas ao longo dos anos.

Um pouco mais à frente, ocorrem os embates contra a escravidão e logo em seguida a movimentação nas Lojas pela libertação do país das mãos do império. Em uma visita e em entrevista<sup>16</sup>, obtivemos a informação de que o próprio Mercosul, tal qual o conhecemos hoje, é fruto de um congresso internacional ocorrido no Palácio do Lavradio.

Existe uma vertente na história que aponta uma hipervalorização da memória pelos maçons. Isso é defendido por Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza, que destacam a linha tênue entre mito e fato: “as maçonarias se nutrem de lendas, mas também de tradições históricas concretas: a fronteira entre ambas nem sempre é definida. Uma dimensão alimenta e,

---

<sup>16</sup> Entrevista realizada em agosto de 2010, no Palácio do Lavradio, com vários membros da Ordem.

ao mesmo tempo, enfraquece a outra. Difícil saber onde termina o fato histórico e onde começa o mito” (MOREL & SOUZA, 2008, p. 17).

É interessante comparar o maçom contemporâneo com os maçons de outrora. O que ganha destaque são os valores atuais da sociedade e, conseqüentemente, a bandeira que defendem. Como explica Agier: “de acordo com a abordagem contextual, não existe definição de identidade em si mesma. Os processos identitários não existem fora de contexto, são sempre relativos a algo específico que está em jogo” (AGIER, 2001, p. 9).

Como toda Instituição, é de suma importância analisar a conjuntura na qual se insere. No caso da maçonaria especificamente, torna-se essencial perceber que não são apenas membros da Ordem, mas sim cidadãos da sociedade civil, e que a questão do reconhecimento destes enquanto indivíduos comuns, com cargos de destaque no país, também é utilizada para articulação em prol de um ideal.

Quanto a isso, Myriam Sepúlveda diz que “A noção de identidade, que rompe com as dicotomias entre indivíduo e sociedade, passado e presente, bem como entre ciência e prática social, está tão associada à idéia de memória como esta última à primeira” (SEPÚLVEDA, s/d, passim). Podemos interpretar esse trecho como a transposição da identidade acima da questão individual. Essa é a grande motivação para a Fraternidade tão enaltecida desse grupo através dos tempos, o que efetivamente aumenta a carga de estigma que carregam. Mas, afinal, que estigma seria esse?

Para os maçons, sua missão é extremamente relevante para o desenvolvimento da humanidade, ou seja, internamente, carregam a responsabilidade de ser os “homens bons”, que vão colaborar diretamente para a evolução da humanidade. Segundo eles,

devido à sua antiguidade, a Maçonaria preserva até hoje o grande saber universal e é sua missão transmiti-lo a homens dignos. Ela conclama seus adeptos a exercitarem-se na prática da solidariedade humana e a cumprirem os seus deveres para com Deus, a Pátria, a Humanidade, a Família, o Próximo e para Consigo<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Cf. Nota 13.

A missão da maçonaria seria conduzir a humanidade a um patamar mais desenvolvido. Esse é seu destino, o motivo para o qual foi criada, e os maçons tomam essa responsabilidade para si. Os valores exigidos para ser um maçom os habilitam para tal objetivo e ajudam-nos a construir sua identidade.

Esse reconhecimento da maçonaria brasileira ocorre a partir da fusão entre o nacionalismo e o sentimento fraternal. Um objetivo comum local, com valores universais agregados, causa um sentimento de pertencimento àquele lugar. Assim, surge aos poucos a identidade do grupo. Essa identidade se funde ao contexto social, ao mesmo tempo se adapta à sociedade, criando um processo de hierarquização interna e externa. Isso leva a uma “vestimenta” de identidade ou, voltando a noção, identidade “guarda-roupa”, como mencionada anteriormente (BAUMAN, 2005, *passim*).

Que fique claro que os posicionamentos acima descritos são relativos ao momento de estabelecimento da maçonaria no Brasil. Contudo, faz-se necessário ressaltar a valorização da identidade naquele momento para expor que, hoje em dia, esses “heróis” do passado também são utilizados como elemento unificador pelos maçons. Eles são motivos de orgulho, pois mostram o poder que a maçonaria afirma ter possuído e servem como argumento de que a relegação ao segundo plano político hoje em dia (COSTA, 1999, p. 58) deve-se a uma perseguição religiosa. São eles que ficam expostos, hoje, em seus documentos, centros culturais e museus.

A Maçonaria e seus membros sempre foram bastante estigmatizados. Além dos já citados anteriormente, outros estigmas acompanham a Maçonaria, por exemplo, o de que, para ser maçom, necessariamente precisa-se ter alto poder aquisitivo. Isso é desfeito ao observarmos o critério de seleção, mas, ao mesmo tempo, nota-se um processo de hipervalorização do maçom. É comum ver em jornais de cidades de pequeno e médio porte notícias sobre a Maçonaria nas colunas sociais dos jornais locais<sup>18</sup>.

Em resumo, a Maçonaria carrega consigo estigmas internos e externos, positivos e negativos. Uma sociedade com hierarquia própria dentro da sociedade civil, influenciando tanto a elite quando a população em geral (HALL, 2005, p. 240) desperta certa curiosidade e

---

<sup>18</sup> Isto foi verificado por mim ao observar a notícia de Iniciação de maçons na Loja do Piauí destacando bem as profissões dos aprendizes, como médicos e advogados.

consequentes especulações, ainda mais quando esses indivíduos transitam em diversos meios e revelam-se quando é conveniente. Isso é o que fez a Maçonaria tão grande durante o século XVIII e XIX e a fez tão recolhida nos dias atuais.

Ter a Maçonaria como objeto de estudo leva a analisar com ainda mais cuidado as fontes. Uma Instituição à parte, tão admirada por alguns e ao mesmo tempo tão odiada por outros, suscita questões complexas, e a hermenêutica passa a ser mais que uma obrigação; torna-se uma diretriz básica.

## **CAPÍTULO II – ACONTECIMENTOS E PERSONAGENS: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA MAÇÔNICA NO BRASIL**

Este capítulo abordará a inserção da Maçonaria no processo político nacional, período no qual ocorreram os principais acontecimentos que configuram a memória do grupo, representada em seus lugares de memória. Tal contextualização é relevante para a compreensão da construção da memória maçônica no Brasil, a partir da participação de seus integrantes no cenário político do século XIX. Por outro lado, pretende-se estabelecer uma ligação entre os elementos (acontecimentos, lugares e personagens, conforme Pollak, 1992) constantes na memória maçônica e as instituições dedicadas ao tema, marcadamente, o Museu do Lavradio e o Centro Cultural Maçônico, que serão analisados no próximo capítulo.

Durante o Segundo Reinado, entre 1870 e 1889, os gabinetes de ministros tiveram 85 membros. Destes, cerca de 13% faziam parte do quadro da Maçonaria. Dentro do Conselho do Estado, no mesmo período, esse número subiu para 30% dos 48 conselheiros. Analisando ainda os nomes dos 77 senadores vitalícios das seis províncias mais importantes do Império – dentre estas, o Rio de Janeiro –, chega-se ao número aproximado de 21%, segundo pesquisas realizadas por Barata (1999, p. 138).

Esses dados evidenciam o quanto a Maçonaria estava envolvida na política do século XIX, fazendo com que os debates de um espaço público contivessem valores constituintes de um grupo particular. Vale lembrar que tais valores, em grande medida, estavam no compasso dos princípios da modernidade, emergentes à época. Deste modo, será abordada a participação da Ordem – por meio de alguns integrantes – em determinados eventos históricos que mudaram a história do Brasil.

### ***II.1 - Maçonaria no Brasil: quem são eles?***

Não possuímos aqui a intenção de elencar figuras do Império, como uma exaltação da participação maçônica no poder. Os dados evidenciam que é relevante a participação de personagens maçons em posições estratégicas na política do período.

A questão identitária, discutida no capítulo anterior, leva a uma conclusão de que, por mais heterogêneo que seja, o grupo se percebe como integrado. E como tal, se une em prol de objetivos comuns e da permanência enquanto uma coletividade. Marcas particulares evidenciavam as distinções dos maçons em relação aos demais, gerando um reconhecimento mútuo das identidades. Hoje em dia, não é difícil encontrarmos carros com adesivos de “esquadro e compasso”, ou até mesmo pessoas que usam pins e broches dos símbolos da Ordem<sup>19</sup>. E esta refração se reflete diretamente na postura que assumiam em espaços de sociabilidade externos aos próprios da Maçonaria.

Historicamente, não podemos negar a existência desse grupo. A grande parte se conhecia e, conseqüentemente, estreitava seus laços. Isso, de certa forma, acabava excluindo as pessoas que não circulavam nesse meio. Como os debates nas Lojas acabavam formando “blocos”, era inevitável que estes conduzissem seus embates internos para o espaço público, levando a cisão a um nível sócio-político. Desta forma, a inclusão na Maçonaria era uma forma de participar de algo que estabeleceria um vínculo político ainda mais forte. Como afirma Célia Barros Barreto:

(...) as Lojas não apenas procuravam atrair adeptos para a causa da emancipação, mas também que os partidários desta procuravam filiar-se a elas para melhor realizarem o seu objetivo. A Maçonaria aparece, então, funcionando como verdadeiro partido, dentro do qual começam a surgir as primeiras discórdias oriundas de interesses diversos (BARRETO, s/d, p.204).

Dentre os maçons de destaque no Brasil, poderíamos iniciar com José Bonifácio de Andrada e Silva, Grão-Mestre e padrinho maçônico de D. Pedro I – rebatizado por Guatimozin (NEVES, 2005, p. 47) e líder político de destaque. A leitura da Representação sobre a Escravatura escrita e apresentada por Bonifácio à Assembleia Constituinte teve reflexos maiores do que as fronteiras do país. O texto ganhou proporções internacionais ao ser revisto durante o exílio de Bonifácio em Bordéus (1823-1829) e publicado em Paris em 1825 (SILVA, 2007, p. 33). Pode-se entendê-lo como a primeira manifestação de um homem público, com a notoriedade de José Bonifácio, a favor da abolição da escravatura. Após atos do governo inglês e promulgação de leis no Brasil, que pouco foram aplicadas na prática, a partir de 1850 a

---

<sup>19</sup> ANEXO III

emancipação gradual começa a tomar forma. Mesmo sendo o ato isolado de um homem, devemos frisar sua importante posição dentro da Maçonaria brasileira.

Porém, por ser a abolição o evento histórico que destacamos, seria impossível não mencionarmos José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco. Iniciando sua carreira política em 1845, quando foi eleito deputado da Assembleia provincial, logo se tornou secretário, vice-presidente e presidente interino da província. Posteriormente, em 1848, foi eleito deputado da Assembleia Geral. Cumpriu mandatos como deputado, por Sergipe, e senador, por Mato Grosso, tendo sido também Conselheiro de Estado. Por serviços prestados à nação, recebeu várias honrarias, sendo a de maior destaque o título de Visconde do Rio Branco, em 1870, por ter agido como diplomata na problemática região do Prata. A partir de março de 1871, assumiu a presidência do Conselho de Ministros, empreendendo várias mudanças no país, dentre as quais se destaca a implementação da chamada Lei do Ventre Livre (CONRAD, 1978, p. 90).

Rio Branco conseguiu superar as adversidades dentro do próprio Império ao conseguir a promulgação desta lei. Em 1872, após a dissolução da Câmara, as cisões causadas por tal lei se tornaram mais perceptíveis, mais consolidadas. Ele chegou a grão-mestre do Grande Oriente, centralizando e consolidando a Maçonaria no Brasil, encontrando uma vertente oposta e um adversário a altura somente em Saldanha Marinho. Vainfas (VAINFAS, 2002, p. 438) sugere que a participação de Rio Branco na Maçonaria foi motivada, ao menos no início, pelo desejo de formar alianças e aumentar sua rede de apoio.

No período, havia posições distintas em relação à identidade da Maçonaria. A grande oposição entre o ponto de vista de Visconde do Rio Branco e Saldanha Marinho em relação à Maçonaria era justamente sobre a sua atuação. Enquanto o primeiro defendia a Ordem como uma instituição filantrópica, voltada para o bem da humanidade e a evolução do homem através da disseminação de atos de nobreza, o outro se apoiava em uma vertente influenciada pelos embates políticos franceses, defendendo, assim, uma organização maior neste sentido. Dessas divergências, surgiram cisões que ocorreram por um breve período de tempo, entre 1863 e 1883. Porém, durante a já citada Questão Religiosa, entre maio e setembro de 1872, estes dois Grandes Orientes<sup>20</sup> tiveram uma trégua (idem, p. 506). Podemos interpretar esta trégua como uma união

---

<sup>20</sup> Poder Central da Maçonaria.

fraterna em torno de um inimigo comum, a escravidão, o que acontece na mesma proporção que a luta pela emancipação gradual.

É relevante dissertar também sobre a cisão ocorrida por um breve período de tempo. O pensamento de que a Maçonaria não deveria se envolver com assuntos de caráter político, principalmente o envolvimento no processo de afastamento entre a Igreja e o Estado, foi o principal motivo para que houvesse essa divisão. No entanto, o catolicismo se preocupava da mesma forma, perseguindo a Maçonaria. Mesmo esta tentando manter um tom cordial, era clara sua preocupação com este problema de caráter religioso.

[...] tudo o que sei da Maçonaria é que suas máximas são o amor de deus, do próximo e da virtude. Penso pois, que é não só uma injustiça, mas até um erro, e erro grave, na política e na religião, o querer-se levantar essa cruzada perseguidora contra sociedades tão numerosas, tão ramificadas no país, até hoje tão pacíficas, as quais muitas famílias devem os auxílios de que vivem, contra sociedade em que a religião católica tem adeptos sinceros e dedicados, exemplos vivos das virtudes domésticas e sociais.<sup>21</sup>

A transcrição acima demonstra o discurso e posicionamento pacífico maçônico sobre o tema até o momento, embora carregado de crítica. Além disso, destaca novamente a influência da Maçonaria dentro do Império, visto que um discurso sobre a Ordem foi proferido dentro de uma sessão no Parlamento. É interessante percebermos que este discurso também evidencia o porquê do receio das outras esferas de poder, justamente por causa desta influência maçônica no alto escalão do governo.

Temos diversos outros exemplos de maçons relevantes que participavam da política dentro do Império. Nesta questão, a historiografia maçônica foi um ponto de partida para o início da pesquisa destes membros (ASLAN, 1973, passim). Podemos citar Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, Ministro da Justiça (1832), presidente da província do Rio de Janeiro (1841); Miguel Calmon, o Marquês de Abrantes, Ministro da Fazenda, Ministro dos Estrangeiros (1828); Antonio Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Ministro da Marinha (1844), Ministro da Fazenda (1862), Conselheiro de Estado e Senador; Alves Branco,

---

<sup>21</sup> Defesa da Maçonaria no Parlamento Brasileiro, pelos srs. Visconde do Rio Branco ( presidente do Conselho de Ministros) e Alencar Araripe ( membro da Câmara Temporária), 1873,. P.6.



Deputado, Ministro da Justiça (1835), Ministro da Fazenda (1848); e Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, Ministro da Marinha, primeiro presidente da Província do Rio de Janeiro (1834), Ministro da Fazenda (1847) e presidente do Banco do Brasil (1872) (BARATA, 1999, p. 68).

Atuando diretamente no processo emancipacionista no Rio de Janeiro, podemos destacar José do Patrocínio, jornalista e vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (1886); Joaquim Nabuco, diplomata e tribuno; Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores (1889); Castro Alves, o “poeta dos escravos” (CASTELLANI, 1989, p. 102), Ubaldino do Amaral, prefeito do Rio de Janeiro (1897), Ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Banco do Brasil; Antônio Alves Pereira Coruja, Tesoureiro do IHGB (1839); Padre Almeida Martins e Rui Barbosa (COSTA, 1999, p. 55).

Com o fim do Império, é possível localizar outros personagens na consolidação da república, demonstrando, assim, o elo direto entre história do Brasil e memória maçônica. Apesar dos embates para definir que modelo o novo Estado seguiria, tanto o Partido Liberal quanto o Conservador tinham seus representantes maçons. Por exemplo, o Liberal Correia da Câmara e o Conservador Deodoro da Fonseca, que veio a se tornar o Proclamador da mesma.

O Governo Provisório que veio a seguir foi formado totalmente por um Ministério maçom, com Campos Sales, Wandenkönig, Benjamin Constant, Rui Barbosa, Demétrio Ribeiro, Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo. Finalizando este ciclo, temos a consolidação da democracia com o maçom Floriano Peixoto, que resiste a levantes e entrega o poder para presidentes civis (CARVALHO, 2007, *passim*)<sup>22</sup>.

## ***II.2 Maçonaria e Abolição***

Os maçons tomaram para si, no contexto brasileiro do século XIX, a vontade (e parcial responsabilidade) de investir na libertação dos escravos, emanada do mundo europeu moderno.

---

<sup>22</sup> Cabe salientar que todas as informações sobre o pertencimento da Maçonaria dos personagens históricos citados foram exaustivamente chegadas através de fontes primárias e secundárias, apesar de já ter caído em conhecimento público sua participação na Ordem. Nos casos de maçons da atualidade, só foram destacados os que publicamente se declararam maçons publicamente.

Obviamente, não podemos nos focar apenas na questão humanista; deve-se considerar também o desenvolvimento econômico que viria com o fim da escravidão. Afinal, maçons do Império eram, em sua maioria, pessoas de alto poder aquisitivo.

Para alguns historiadores, a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, veio como uma estratégia escravocrata para procrastinar a libertação dos cativos. Emilia Viotti da Costa afirma que a promulgação desta lei é quase como um marco da passagem de alguns escravistas para condição de emancipadores, como forma de evitar participações externas no seu direito à propriedade além da ebulição de revoltas, quer por parte do povo, quer pelos escravos (COSTA, 1998, p. 351).

Os artigos da Lei não só tratavam de “liberdade”, mas também da forma como ela seria alcançada. O 1º e 2º itens relacionam-se ao tratamento dado aos filhos das escravas: até os 8 anos de idade, os senhores eram obrigados a ampará-los, tendo a opção de ser compensado por isto posteriormente. O artigo 3º criou um Fundo de Emancipação nas províncias para a compra da liberdade de escravos, com os valores sendo subjugados a partir de multas, doações e impostos. O artigo 4º reconheceu ao escravo o direito à formação de um pecúlio, fruto de doações ou, com o aval de seu senhor, fruto de um trabalho externo. Esse item é um dos mais importantes, pois através dessa “poupança”, o escravo poderia comprar a sua liberdade, sendo essa possibilidade agora garantida por lei, mediante uma negociação de preço justo com o seu senhor. Se não houvesse acordo em relação ao preço, o caso era levado a uma instância superior, na qual o valor do escravo era determinado por um interlocutor imparcial.

De qualquer forma, não se pode negar que a Lei do Ventre Livre foi o início de um processo mais consistente sobre a emancipação do trabalho negro, pois além de uma condenação moral também impedia a reprodução por longa data deste sistema. Todavia, em curto prazo, não representou mudanças significativas para os abolicionistas, já que apesar de os filhos das escravas não mais serem considerados da mesma forma, permaneciam nesta condição por conta da alternativa do senhor de manter o seu trabalho até os 21 anos, de forma indenizatória.

No Império, mais especificamente no Rio de Janeiro, destacavam-se O Pelicano, A Família, Família Maçônica, O Mundo Maçônico e Aurora Escosseza (sic), jornais com o intuito de difundir os ideais e de servir como informativo no meio maçônico. Promoviam a divulgação

entre os maçons do que estava sendo feito pelo processo abolicionista e informavam internamente como estavam as comunicações entre as Lojas<sup>23</sup> de outros estados e até mesmo de outros países. Inclusive, podemos encontrar frequentemente cartas de felicitações pelas vitórias a favor da liberdade de lojas da Colômbia, França, Inglaterra, etc. Criado em 22 de setembro de 1871, o Boletim do Grande Oriente do Brasil teve um importante papel para a Maçonaria no Brasil. Já em seu número de estreia, seu editorial adotou uma postura de repúdio perante o cativo:

A Maçonaria, sem política, nem partidos, dirigiu-se também a resolução do problema. Estabelecido um dos meios da abolição do cancro que destrói infelizmente a nossa sociedade, era preciso mais um complemento à obra tão dignamente encetada, e hei-lo sustentado vigorosamente no parlamento pelo nosso atual Grão-Mestre e a presente administração tornando-se credora das bênçãos da humanidade e do país por levar efeito a lei geral que concedeu desde 28 de setembro a liberdade a milhares de infelizes que nasceram no Brasil. Não nos cumpre investigar qual seria o melhor meio prático da realização da idéia; O governo do estado certamente reformará a lei, se assim julgar necessário e concluirá sua digna tarefa, extinguindo completamente a escravidão e continuando a introduzir no país o elemento que substitua o braço escravo.<sup>24</sup>

O trecho selecionado denota a confiança dos maçons no governo, que o mesmo irá tomar providências sobre o sistema escravista. Mas esta confiança se fixa devido à própria participação maçônica no governo, como por exemplo, o Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros.

A edição deste jornal publicada em março de 1872 causou grande frenesi no Império. O assunto tratado foi completamente focado em uma condecoração para o grão-mestre, o Visconde do Rio Branco, pela defesa dos direitos à liberdade dos negros e pelo passo importante que foi a Lei do Ventre Livre. O discurso – proferido pelo Padre Almeida Martins – marcou, como já apontado, o princípio dos embates acerca a Questão Religiosa. O editorial também apontava para

---

<sup>23</sup> O termo “Loja” é usado pelos maçons como um centro de reunião, um núcleo. Seria o equivalente para o significado católico de congregação.

<sup>24</sup> Boletim do Grande Oriente do Brasil – Ao Vale do Lavradio – Dezembro 1871 - editorial

um outro maçom que já levantara esta bandeira anteriormente, Eusébio de Queiroz, membro da Loja Regeneração. Entretanto, a felicitação ao Grão-Mestre e a interpretação dos valores maçons é o que foi enaltecido, além do significado do que é a ideologia da Maçonaria, definida pelo Boletim como “princípios humanitários, philosophicos e christãos que constituim a doutrina maçônica em nosso país”.<sup>25</sup>

Por conta da grande visibilidade alcançada pelos meios de comunicação maçons<sup>26</sup>, surge uma gama de outros jornais com o mesmo propósito. Tal desprezo pela escravidão e, posteriormente, pela monarquia era recorrente. Esse posicionamento, porém, não era unânime nestas publicações.

Chamemos a atenção agora para a conjuntura da época: uma sociedade monárquica, extremamente repressiva. Logo, o medo de se tornarem prisioneiros por falarem contra os interesses do Estado eram grandes, e daí surge a valorização do “segredo” maçônico, que nada mais é do que a simples ocultação da identidade maçom no espaço público, a não ser em caso de escolha individual.

Os meios de comunicação são um trunfo da Maçonaria (enquanto instituição) para difundir ideais libertários dentro das Lojas. O trecho abaixo é exemplar:

Nenhum erro é mais antigo, nenhuma instituição é mais hedionda do que a escravidão, entretanto está quase extirpado este medonho cancro social. (...) A Mac.: Unida reassume de hoje em diante seu posto de honra; ella será a guarda avançada do progresso da humanidade. (...) Educando o filho, emancipando o escravo, amparando a viúva, protegendo as classes desvalidas e libertando a consciência do homem de férreo jugo do despotismo clerical, ella se recomendará a posteridade pelos relevantes servisos em prol da civilização (sic).<sup>27</sup>

Nesta publicação, é fácil perceber a forma engajada como a Maçonaria toma para si a responsabilidade da libertação dos cativos, além da percepção sutil de que estavam no caminho

---

<sup>25</sup> Boletim do Grande Oriente do Brasil – Ao Vale do Lavradio – Março 1872 p. 114/115

<sup>26</sup> Esta visibilidade foi percebida após analisar outras fontes, como por exemplo, o jornal católico *O Apóstolo*.

<sup>27</sup> Boletim do Grande Oriente do Brasil – Ao Vale do Lavradio – Maio 1872 p.187.

para tal. O envolvimento dos maçons contra a escravidão está nas primeiras leis, sua confecção, redação de propostas internas e participação direta. Na abertura desta sessão em especial, a página 98 do boletim aponta a entrega de doze cartas de liberdade a menores alforriados pela iniciativa da Ordem.

Os argumentos contrários à promulgação destas leis são diversos. Inicialmente, se fixava na economia, no direito à propriedade e na forma autoritária como o governo tratava o tema, sem consultar os donos de peças – escravos. Também apelavam para o caráter humanitário, alegando que esta lei era injusta com a família cativa e eles, os próprios escravos, seriam prejudicados, visto que separaria os filhos das mães, além de causar mal-estar entre os filhos mais velhos, pois um seria livre e outro não. Isto traria algazarra e poderia gerar conflitos nas senzalas, podendo alcançar um patamar ainda mais alto como desordem social, revoltas, levantes, etc (ABREU, 1997, *passim*).

A compra da liberdade pelos próprios negros já era uma prática corrente no Império. Contudo, ficava atrelada à vontade de seus donos. Foi por isto que Nabuco de Araújo e o próprio Visconde do Rio Branco batalharam para incluir este artigo na lei, com o intuito de dar margem até mesmo a um embate judicial, caso o escravo realmente possuísse tal valor para a compra de sua liberdade. Dessa forma, o senhor poderia impedir o escravo de ter tempo extra para trabalhar, formando, assim, seu pecúlio próprio. No entanto, teoricamente deveria aceitar o dinheiro, sob um valor justo, se tal escravo possuísse a quantia referente à sua liberdade (MATTOSO, 1998, p. 37 a 45). Não podemos nos esquecer de que muitas organizações, inclusive a Maçonaria, foram responsáveis pelo patrocínio de diversas alforrias. No caso específico da Maçonaria, existem várias fontes primárias que provam a arrecadação entre os membros para a compra de liberdade de escravos, cujos donos não mais podiam lhe negar o direito da alforria mediante pagamento.<sup>28</sup>

Deste modo, neste momento o que temos é uma transformação do conceito sobre o que é ser escravo. Citando o autor Frederico Guilherme Costa:

---

<sup>28</sup> Durante a pesquisa diversas sessões solenes da Maçonaria foram abertas com leituras de cartas de alforria patrocinadas pela coleta de dinheiro entre os membros.

(...) liberdade e igualdade representam uma contradição, em termos, que a Revolução Francesa nos passou e que são termos filosoficamente contraditórios: “ou se é livre ou se é igual”. Os homens são desiguais. Para se obter a igualdade é preciso usar a força, passar o trator em cima da sociedade e nivelar no mesmo plano. Neste sentido, podemos argumentar que a liberdade nas condições tempo e lugar – Brasil Império – não era para todo o mundo, mas para aqueles que possuíam, a liberdade dos que pagavam impostos (COSTA, 1999, p. 50).

Para o autor, “escravo” deixa de ser uma questão de nascimento e passa a ser uma questão econômica. Quem conseguia, por meios próprios, angariar o valor referente deixava de ser escravo e se tornava um homem livre. Não obstante, cabe destacar que os termos principais utilizados nessa citação – liberdade e igualdade – fazem parte do lema e pilar maçônico: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Ou seja, apesar de o homem passar à condição de livre, ele continuava em uma posição de desigualdade. Assim, o envolvimento da Maçonaria visava a uma busca para alcançar uma sociedade na qual não importassem origem ou fator econômico, mas sim a própria atitude dos homens em evoluir em prol do bem comum, da humanidade.

A escravidão no Rio de Janeiro tinha suas peculiaridades. Chalhoub (1990) fornece os dados de acordo com o brasilianista Robert Slenes. Segundo Slenes, as últimas décadas do século XIX foram bastante razoáveis para os escravos no Rio de Janeiro. Cerca de 36,1% da população escrava da matrícula de 1872-73 – matrícula esta também obrigatória desde a promulgação do Ventre Livre – recebeu a liberdade até a matrícula de 1886-87. Uma situação consideravelmente melhor que a de um escravo São Paulo, onde apenas 11% da população cativa foi beneficiada com a referida lei. (SLENES, 1976, p. 495-501-504-542).

De acordo com Chalhoub, a escravidão no Império se torna um pouco menos rigorosa no sentido do controle direto. Para ele, os escravos trabalhavam no ganho, ficando responsáveis por pagar a seu dono um valor estipulado diariamente. Muitos desses não viviam nas mesmas casas que seus senhores, morando em cortiços ou em seus próprios locais de trabalho. Assim sendo, somente permanecia na condição de escravo quem não conseguia o dinheiro por meio de empréstimos ou de doações de entidades abolicionistas (CHALHOUB, 1990, p. 161).

Mesmo ineficaz, a Lei do Ventre Livre consegue abafar em parte o clamor pela liberdade, pois de certa forma os negros já gozavam, de modo relativo, da mesma. Na década de 1880, os

movimentos abolicionistas – que defendiam a extinção imediata do trabalho escravo – ressurgem com mais força, delineando de forma mais clara as linhas entre estes e os emancipacionistas – defensores da libertação gradual (MORAES1986, p. 56). Além disso, eclodem revoltas e atos sobre este tema, com envolvimento da população e até dos próprios negros (LIMA, 1981, p. 59).

Assim como a campanha de libertação ganhava adeptos, os grandes senhores tentavam conter a disseminação dessa ideia, seja através da tentativa de controlar os meios escritos, seja através de discursos feitos à população, apelando para o seu senso empreendedor e para a cautela, fazendo acusações de possíveis levantes violentos dos negros. Denúncias contra os abolicionistas também foram utilizadas. A tentativa de criar histeria entre o povo e provocar uma intensa repressão é exemplificada por Lúcia Maria Bastos:

Em 1885, O Ministério da Justiça enviava uma circular ao presidente da província do Rio de Janeiro, transmitindo cópia de uma denúncia, efetuada por um proprietário, sobre certa sociedade emancipadora que incentivava a sublevação dos cativos. Ele ordenava que se tomassem medidas para evitar que os autores do “sinistro plano” conseguissem com seu intento, ou seja de “revolucionar com a arraia-miúda e com ele apoiar a insurreição geral dos escravos (NEVES & MACHADO, 1999, p. 359).

Por falta de mais fontes, não se pode definir se a sociedade emancipadora à qual a autora se referia seria a Maçonaria. Neste período, existiam diversas entidades com esta finalidade, como por exemplo, a Confederação Abolicionista, fundada em 1883 pelo maçom José do Patrocínio, que buscava reunir todas as sociedades abolicionistas do Rio de Janeiro e Niterói, tais como a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, Emancipadora da Escola Militar, Clube dos Libertos de Niterói, Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, dentre outras (BARATA, 1999, p. 124).

Dessa forma, intensifica-se o repúdio da elite (tradicional e conservadora?) pelo movimento de libertação, tentando silenciar todo e qualquer ato que fortalecesse esse processo. Até mesmo o próprio governo tentou conter essa “onda livre”, criando uma proibição de “ajuntamento em praças públicas”, que visava dificultar as formas para se alcançar apoio da sociedade. A medida chegou a provocar confrontos, como em 8 de agosto de 1887, durante uma manifestação organizada pela Confederação Abolicionista, em que estava previsto um discurso

do maçom Quintino Bocaiúva (NEVES & MACHADO, 1999, p. 377), que aliás chegaria a grão-mestre no início do século XX.

As estratégias de controle dos negros esgotavam-se. Um dos maiores empecilhos para a abolição encontrava-se no Gabinete Cotegipe, um opositor desses ideais libertários e defensor constante dos produtores fluminenses. A pauta desse gabinete conservador liderado por João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, estava focada na sobrevivência da escravatura. Sua influência era forte, pois além de presidente do Conselho de Ministros, Cotegipe era simultaneamente ministro dos Estrangeiros. Esse obstáculo, porém, acaba caindo por terra em março de 1888. Extremamente desgastado não só por conta da escravidão, mas também por questões militares, o Gabinete acaba saindo de cena e criando espaço para decisões concretas neste campo (MACHADO, 1980, p. 139). O ápice de todo o processo ocorre em 13 de maio de 1888: após a pressão exercida por diversos setores sociais, pelo povo e até pelo próprio negro, a assinatura da Lei Áurea vem para terminar este ciclo.

A questão da participação da Maçonaria nas transformações ocorridas também são frutos de discussões internas. Apesar de existirem duas vertentes, a liberal de Saldanha Marinho e a solidária de Visconde do Rio Branco, já explicitadas, nenhuma delas excluía a necessidade do pensamento da outra. Ou seja, mesmo o Visconde defendendo a caridade em primeiro plano, havia a separação entre poder e Maçonaria, vide o próprio como exemplo. Vejamos a seguir:

O Sap.: Sr. Furtado não considerava a Mac.: como uma associação simplesmente de caridade, de auxílio mútuo e nada mais. Elle entendia que a Ordem devia influir poderosamente na regeneração da sociedade, tomando a iniciativa da propagação e discussão das reformas necessárias no bem estar e felicidade dos povos. O ensino livre, a fundação de colégios maçônicos, em que devia ser concedida uma instrução sólida, desembaraçada de fanatismo, da superstição e das idéias religiosas, as quais, segundo sua opinião, na epocha mocidade, segundo os seus comicços e a fé transmitida por seus ascendentes, a formação de um monte-pio para as viúvas e orphãos maçons; a emancipação do elemento servil, e finalmente a unidade da Mac.: pela junção dos dous Or.: do Brasil. <sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Boletim do Grande Oriente do Brasil – Ao Vale do Lavradio Agosto/Setembro de 1872 p374.



A cisão dividia modos de agir, mas não os fundamentos. Ainda assim, encontramos divergências inclusive no modo de difusão das ideias maçônicas. Um artigo escrito pelo maçom Dr. Alexandrino Freire do Amaral ilustra esse ponto. No texto, Amaral destaca que era proibida pelo Grande Oriente do Lavradio qualquer publicação pela imprensa comum de atos maçônicos, sem autorização do poder competente, devido ao “segredo”. Contudo, ele insinua que tal regra é quebrada vez por outra por conveniência, quando a Maçonaria quer difundir uma discussão libertária na sociedade, pois, cabe lembrar, alguns dos maçons pensavam que a população não deveria participar de tal debate ideológico.<sup>30</sup>

Até o momento, nos focamos somente na questão do escravo. Todavia, não é somente nesse evento que membros da Maçonaria tiveram participação; apesar de já haver citado alguns envolvimento no processo da proclamação da República, agora vamos analisar com mais clareza a atuação dos membros maçons nesse conturbado momento de transição do país.

### ***II.3 Maçonaria e República***

Dos períodos históricos anteriores, podemos destacar três pontos que nos ajudariam a compor o cenário do “Federalismo Brasileiro” no século XIX: 1) O poder metropolitano mercante, incapaz de exercer uma administração centralizada, que por isso recorria a uma cooperação do poder privado, com conseqüente descentralização político-administrativa; 2) O poder privado forte, mas essencialmente oligárquico, centrado principalmente na grande propriedade e na posse de escravos; 3) Uma colônia que era um conjunto de capitanias debilmente unidas, para as quais o poder do Vice - Rei era praticamente nominal (PENNA, 1999, p. 32).

Em pleno início de embate dos movimentos emancipacionistas do trabalho escravo negro, mais especificamente em 3 de dezembro de 1870, surge no Rio de Janeiro o jornal *A República*, divulgando seu manifesto, atribuído a Quintino Bocaiúva. A ideia dominante do mesmo é o federalismo, porém não era uma instigação para revoluções, e sim o embrião de uma discussão que demoraria muito tempo para entrar em prática (idem, ibidem).

---

<sup>30</sup> Idem, p.376.

O tema Federalismo e a própria redefinição desse pacto tem se apresentado no Brasil como um dos maiores e permanentes enigmas políticos, corroborando uma perspectiva histórica brasileira, que nos remete mais para flagrar paradoxos do que para afirmar certezas tanto em nosso passado quanto no atual presente. De um modo geral, o Federalismo é a corrente ideológica que preconiza a federação ou união de estados ou unidades políticas autônomas, formando assim um sistema nacional comum, em contraposição à ideia de um poder unitário ou centralizado. Trata-se de uma forma composta de organização política, em que os estados federados mantêm sua diversidade característica e integridade política dentro da unidade representada pela união, que assume a soberania nacional em relação ao exterior e se incumbem de manter as relações com outros estados (CARONE, 1983, p. 12-39).

Esse sistema desde o período imperial transitava entre duas vertentes distintas: os levantes centralizadores e as tendências descentralizadoras. Não assumiu um verdadeiro rumo político e a conseqüente estabilidade institucional. A cada momento uma nova meta política refaz todo um conjunto de atribuições institucionais. Durante o século XIX, enfrentou uma relação de difícil convivência com as desigualdades regionais. As elites locais pouco integradas com a totalidade de sua própria realidade buscavam no plano nacional uma via material correspondente a sua melhor situação regional.

Agora que já expusemos qual perspectiva de conceito de república será utilizada, vamos nos ater a alguns eventos históricos e seus reflexos.

O Brasil foi o único país do continente americano que, estando sob um regime monárquico, proclamou sua independência, em 1822. A partir daí, tenta de todas as formas de descobrir o seu destino ou o sentido da sua existência para somente 66 anos depois de a República ser proclamada.

Fixando-nos em momentos pré-república, temos ainda a preocupação do próprio Imperador com a força da Maçonaria, ou melhor, com a crescente presença destes no Estado, ativamente falando (CARONE, 1983, p. 48).

O autor José Maria Bello indica os fatores que impulsionaram a queda do império e a ascensão republicana. Ele comenta que a maioria dos historiadores está de acordo com relação aos três grandes motivos que impulsionaram a queda da monarquia: a questão religiosa, a

abolição e a questão militar. Completa ainda que, se pelo menos as duas últimas não existissem, provavelmente Pedro II teria acabado os seus dias no trono (BELLO, 1964, p. 03).

Outro evento histórico que merece destaque é a Convenção de Itu. Esta talvez tenha sido a primeira convenção republicana no país, ocorrida em 18 de abril de 1873. Desde o manifesto, as ideias políticas passam a ferver por todo território, e Itu torna-se a ser um importante espaço para este grupo. Dentre os participantes, podemos destacar a presença de muitos maçons de posição de destaque tanto na Ordem quanto em vida pública, na política, como: Américo Brasiliense, João Tibiriçá Piratininga, Américo de Campos, Francisco Glicério, Bernardino de Campos, Ubaldino do Amaral, Manoel de Moraes Barros, Francisco Quirino dos Santos, Carlos Vasconcellos de Almeida Prado, José Luis Flaquer (CASTELLANI, 1989, passim).

De forma mais abrangente, a proclamação da República brasileira é o clímax de um longo processo anterior impulsionado pelos seguintes fatores: tendências federalistas, movimento republicano, crise religiosa, questão militar, problema servil, sucessão imperial, domínio político de grupos costumeiros e ascensão de novas camadas oligárquicas. Tais complexidades e tensões eclodiram durante o período ministerial de Ouro Preto e contribuíram para o estabelecimento de alianças feitas pelos diversos grupos que lutavam contra o sistema dominante e as contínuas crises imperiais (CARONE, 1983, p 25).

Entre 15 de novembro de 1889, até o desfecho da revolução federalista em 1894, a República enfrentou reveses importantes que, se não a tornaram imune a repetidos e errôneos procedimentos políticos ao longo da história, pelo menos levantaram questionamentos a respeito do Brasil estar ou não preparado, na época, para a adoção do novo regime.

Sobre a tentativa de consolidação do novo governo, um período de instabilidade, de indefinição de rumos e da ausência de um retrato político que legalizasse a nova ordem foi instaurado no Brasil, conforme quer Lessa:

(...) os primeiros anos republicanos se caracterizaram mais pelo vazio representado pela supressão dos mecanismos institucionais do próprio Império do que pela invenção de novas formas de organização política. O veto imposto ao regime monárquico não

implicou na invenção de uma nova ordem (...) (LESSA, 2003, p. 34).

Durante os dois primeiros governos (Deodoro / Floriano), é notória a influência e o importante papel dos militares na implantação do novo regime. Segundo Boris Fausto, apesar de Deodoro da Fonseca e alguns membros da oficialidade terem chegado ao poder, os mesmos não constituíam um grupo homogêneo. Havia rivalidades entre o exército e a Marinha: enquanto o Exército tinha sido o artífice do novo regime, a Marinha era vista como ligada à monarquia (FAUSTO, 2001, p. 139-140).

Podemos identificar melhor esses personagens históricos dentro dos parâmetros propostos. Deodoro foi iniciado na Loja “Rocha Negra”, em São Gabriel – RS, em 20 de setembro de 1873 (CASTELLANI, 2000, p. 103). Ao ser designado como presidente da República, seu prestígio na Maçonaria também cresceu, visto que chegou ao posto de Grão-Mestre em 1890 (BASTOS apud BARATA, 1999, p. 173).

Foi em meio ao clima de arranjos possíveis pelo alto e manifestações de indignações crescentes nos círculos militares que a República deu seus primeiros passos em direção ao processo de consolidação do novo regime. A oposição entre militares e civis só existiu no meio de grupos dominantes; jamais contaminou as bases de ambos os agrupamentos, o que atesta que, mais do que uma divisão entre cidadãos fardados e paisanos, ocorreu uma indisposição entre interesses de cima e os de baixo. Assim, desde cedo a política na República brasileira distinguia-se pelos seus praticantes nas altas esferas institucionais e pelos que situavam no espaço do cidadão comum, isto é, entre a grande e a pequena política (PENNA, 1999, p. 32).

No contexto republicano, devemos destacar também a importação de ideologias provenientes da Europa, cuja capital política e ideológica é a França bem como da América liberta do jugo colonial. Esse ideário, até então quase desconhecido no Brasil, acaba por confundir ideologicamente determinadas alas do cenário político brasileiro, atraindo não só os ideólogos republicanos, mas também integrantes das chamadas “elites dominantes” que, preocupadas em manter-se à frente dos destinos do país, aderem subitamente a tais ideias.

Lincoln de Abreu Penna diz que a República brasileira tornou-se uma realidade nacional em meio às contradições ideológicas que não soube ou não pôde resolver. Assim, os governos de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto seriam pontilhados por uma série de conflitos entre os poderes executivo e legislativo e até dentro dos próprios governos (idem, p. 31).

Isso fica explícito ao analisarmos o documento de proclamação dos membros do governo provisório datado em 15 de novembro de 1889<sup>31</sup>. A composição do primeiro ministério do governo provisório abrigou, no mais alto escalão, representantes de tendências muito diferentes e das mais variadas latitudes republicanas, desde federalistas e centralistas, passando por moderados e radicais, incluindo liberais e positivistas, até republicanos históricos e os de adesão recente.

A República herdou do regime monárquico um grande desequilíbrio no balanço de pagamentos. Os gastos com as importações eram enormes. No final do século, as despesas com o desenvolvimento das atividades urbanas e industriais mostravam-se elevadas.

A Abolição, já abordada nesta dissertação, também representou um aumento no déficit do Tesouro Nacional, uma vez que os fazendeiros, escravocratas ou não, precisavam de recursos (em forma de créditos), sobretudo para a remuneração da nova forma de trabalho, o assalariado.

O aumento da emissão de papel moeda, graças à reforma bancária idealizada pelo então ministro da fazenda Rui Barbosa, chegou a estimular os negócios, pois cada região possuía seu próprio banco emissor de capital. A inflação, por seu turno, também galopou e, como a produção interna não evolui no mesmo ritmo, os capitais eram utilizados mais para especulação do que em atividades produtivas. Esse aumento especulativo ficou conhecido como encilhamento<sup>32</sup>. Rui Barbosa chegou a apresentar diversos projetos de libertação de escravos de todos os maçons, na Loja “América”, a qual frequentava (COSTA, 1999, p. 121-124).

---

<sup>31</sup> ANEXO IV

<sup>32</sup> Recebeu esse apelido devido à euforia da Bolsa de Valores, que lembrava o local de apostas no jôquei, onde os cavalos eram preparados para o páreo.

Um dos primeiros problemas políticos enfrentados pela República foi a elaboração da Carta de Constituição, em fevereiro de 1891, devido às fortes contradições entre os republicanos. Uns queriam, assim como Deodoro, um poder centralizado e forte; os democratas lutavam por uma República radical, que atacasse a raiz dos problemas, assegurando o direito civil e político dos cidadãos; por fim, havia os chamados *republicanos objetivos*, que temiam a radicalização dos democratas e o centralismo autoritário dos partidários de Deodoro (CARONE, 1983, p. 52-56).

A Constituição foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891 por um Congresso Constituinte considerado eleito de forma suspeita; a Carta de Constituição garantia entre outras coisas o regime presidencialista, o federalismo e o regime representativo (todos seriam eleitos por voto direto popular excluindo-se os analfabetos, as mulheres e os soldados).

Depois de promulgada a Constituição, o Congresso se reuniu novamente para a eleição indireta do primeiro presidente e vice da República. Deodoro venceu, mas o cargo de vice passa a ser ocupado pelo Marechal Floriano Peixoto, da chapa concorrente.

Embora adversários, ambos pertencem à irmandade. Apesar de haver discordâncias sobre a participação de Peixoto, alguns pesquisadores, cabe destacar, maçons, indicam que este foi iniciado em 1875 na Loja “Perfeita Amizade Alagoana” (CASTELLANI, s/d, p. 61).

Aclamado como presidente após a promulgação de uma constituição republicana, Deodoro não tardou a ser parabenizado e reconhecido dentro da Maçonaria, recebendo diversas honrarias. Nessa ocasião, o Grande Oriente do Brasil e Supremo Conselho enviavam carta de congratulações ao seu Grão-Mestre, a qual foi respondida a 5 de março, em papel com timbre do Gabinete do Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, nos seguintes termos:

Ás altas Dignidades do Grande Oriente do Brazil

S.S.S.

A prancha de 2 do corrente mez E.: V., em que me apresentaes felicitações pelo cargo de Presidente Constitucional da Republica dos Estados Unidos do Brazil, com que me honrou o Congresso Nacional está recebida.

Ella assas penhorou-me, não só por partir de vós, Irs.: respeitados pelo character e pela virtude, que pautam vossos actos pelas lições do Supr.: Arch.: do Univ.: como tambem pela confiança que mostraes continuar a depositar em minha pessoa e pelos votos que fazeis pela minha felicidade (CASTELLANI, 2000, p. 109).

Em relação a Floriano Peixoto, o que torna esse destaque interessante é justamente a vontade maçônica de trazer para dentro de seu meio uma figura tão ilustre, mesmo não sendo possível a comprovação da participação do mesmo na Ordem, pois o consideravam guardião dos ideais maçônicos. Ao mesmo tempo, o termo “Marechal de Ferro” não podia ser de um homem bom e justo, logo, outros pesquisadores tentam dissociar esta imagem dele. Este termo é proveniente da história militar do mesmo, por ter rechaçado movimentos armados de expressão: a Revolução Federalista no Sul e a Revolta da Armada e também pelo total desrespeito à Carta de Constituição<sup>33</sup>, o Congresso e o poder Judiciário.

O Governo constitucional de Deodoro foi marcado por turbulências, como já vinham ocorrendo desde a proclamação. As tensões políticas tornam-se insustentáveis. Deodoro da Fonseca decreta a dissolução do Congresso e a prisão dos opositoristas. Além disso, alegando “abusos da imprensa na apreciação dos atos do Governo”, pede um novo decreto sobre o controle das notícias, redigido por Campos Sales sob o pretexto do aparecimento de cartazes revolucionários. Na verdade, o decreto destina-se a conter uma onda de críticas que já haviam provocado prisões e punições de redatores e jornais de várias partes do Brasil.

A Constituição de 1891 deliberou aos estados que compunham o Brasil a autonomia para elaborar sua própria constituição, eleger seus governadores, realizar empréstimos no exterior, criar impostos e manter suas próprias forças militares. Essa autonomia foi cada vez mais sendo desrespeitada, gerando muito combustível para a já crescente instabilidade política.

Essas atitudes e outros acontecimentos, como a ação do almirante Custódio de Melo que, depois de insuflar os ferroviários para uma greve, também participou da Revolta da Armada, e a crescente tensão no Rio Grande do Sul, onde o apoio de Julio de Castilho o indispos

<sup>33</sup> A constituição determinava que se o presidente renunciasse antes de dois anos de mandato, deveria ser convocada uma nova eleição, porém, Floriano ignorou tal medida defendendo a tese de que só era valida para presidentes eleitos diretamente pelo povo.

com a oligarquia regional, entre outros, fizeram com que seu golpe fracassasse e, ao renunciar, foi substituído por Floriano Peixoto: “(...) A ingratidão daqueles por quem mais me sacrifiquei, e o desejo de não deixar atear – se à guerra civil em minha cara Pátria, aconselharam –me a renunciar o poder nas mãos do funcionário a quem incumbe substituir – me”<sup>34</sup>(CARONE, 1983, p. 68).

A conturbada saída de Deodoro do poder em 23 de novembro de 1891 também reflete em seu enfraquecimento dentro da instituição maçônica. Em 18 de dezembro do mesmo ano, ele renuncia o cargo máximo também de Grão-Mestre<sup>35</sup>.

Alguns autores, como é o caso de Duarte Paranhos Shutel, trabalham com a possibilidade de que a renúncia de Deodoro tenha sido orquestrada e forçada. Shutel sublinha também a existência de um caráter dúbio e autoritário no governo de Floriano Peixoto (SHUTEL, 2003, p. 21).

Por outro lado, Edgar Carone, apesar de afirmar que o comportamento questionável de Marechal Floriano já poderia ser observado mesmo antes da Republica, pois variava de acordo com os seus interesses pessoais no momento, acredita na hipótese de que Floriano Peixoto assumiu o Governo do país através de um convite espontâneo e formal feito por Deodoro, que se mostrava preocupado em impedir uma provável guerra civil no Brasil (CARONE, 1983, 69).

Independentemente das especulações em torno do caráter de Floriano Peixoto e de como se deu sua chegada ao poder, decerto podemos afirmar que o mesmo assumira o governo de acordo com os termos da constituição.

Segundo Duarte Paranhos Shutel, o Governo de Floriano fora marcado por seus disparates, respostas desencontradas e resoluções singulares e contraditórias, onde se vê preponderar e vigorar por fim a palavra do então presidente. Qualquer que tivesse sido a decisão ministerial ou até mesmo do próprio chefe do executivo era anulada por Peixoto. (SHUTEL, 2003, p. 21).

---

<sup>34</sup> Manifesto de Deodoro ao país explicando a sua saída do governo.

<sup>35</sup> ANEXO V



O governo de Floriano Peixoto deu a falsa sensação de que haveria uma possível “volta à legalidade” almejada pelas oligarquias estaduais. Entretanto, suas medidas desencadearam uma série de violentas reações, sendo de maiores proporções a Revolta da Armada e a Revolução Federalista no Sul do Brasil.

Com relação a essas medidas, destacamos o desrespeito às imunidades parlamentares; a restrição à ação dos grupos sociais favoráveis ao governo anterior; a censura à imprensa; a deportação para regiões inóspitas de qualquer dissidente, fosse-o militar, político ou agitador civil e ainda a troca de todos os governadores dos principais estados por outros que fossem alinhados com seus interesses (CARONE, 1983, p. 73-75).

Fechamos aqui um importante ciclo. Após o governo de Floriano Peixoto, o país entra, pela primeira vez, em uma era de governantes civis, iniciando com Prudente de Moraes, um dos republicanos mais fervorosos, participante da Convenção de Itu. Segundo nossas pesquisas, poderíamos apontar diversos outros presidentes ou membros do governo com forte conexão com a Maçonaria, como Campos Salles e Hermes da Fonseca, além de Grão-Mestres que foram relevantes, inclusive como presidente, como por exemplo, Nilo Peçanha (CASTELLANI, 2001, *passim*).

Não é nossa intenção trazer somente uma relação, dizendo quem foi ou quem não foi da Maçonaria. Propomos um pensamento crítico acerca da relevância da mesma na política nacional. Todavia, ressaltamos o reconhecimento de tais figuras em ambos os espaços sociais, maçons e profanos<sup>36</sup>. Além disto, é interessante pensar que os textos que mais apontam estas pessoas enquanto membros da Maçonaria são escritores notoriamente iniciados, como Nicola Aslan e José Castellani.

É admissível pensar que isso é um fator que gera diversas dúvidas quanto a veracidade das informações. Porém, é impossível negar a relevância destas pesquisas, pois dizem mais do que simplesmente palavras; revelam o quanto esses autores maçons se orgulham de possuir como exemplo mítico pessoas de tão grande destaque em âmbito nacional.

---

<sup>36</sup> Aquele que não é maçom.

Outra questão a ser levantada é ainda mais instigante: seria a Maçonaria a força motriz desses movimentos sociais ou os membros aqui descritos nada mais são do que agentes individuais das mudanças, agindo de acordo com seus interesses próprios? Não é possível responder a tal pergunta. A falta de unidade do grupo sugere atos isolados; contudo, o fato de todos debaterem em outro espaço social – nas Lojas – essas ideias faz com que questionemos se a formação destes indivíduos não está atrelada ao grupo, a formação de uma identidade maçônica comum em prol de um objetivo maior, mesmo em posicionamentos antagônicos na forma de fazê-lo.

Atualmente, vemos o reflexo deste orgulho construído através de uma imaterialidade em uma série de locais onde essas memórias são guardadas e ressoadas para seus próprios membros, além de, dentro da atual conjuntura, clamar por seu espaço histórico na formação do país para a sociedade como um todo. Em relação à materialidade, a presença desses personagens é constante nos lugares de memória maçônicos, estão presentes em livros, bustos, monumentos. No próximo capítulo, serão analisadas as estratégias de transmissão e fixação da memória da Maçonaria no Brasil e em que medida há um processo de atualização e ressignificação da identidade maçom.

### **CAPÍTULO III - PATRIMÔNIO MAÇÔNICO: AS FERRAMENTAS NA EDIFICAÇÃO DA MEMÓRIA**

No capítulo anterior, pontuamos a participação dos membros da Maçonaria na vida pública do século XIX. O objetivo esperado é a percepção de que, para este grupo, realmente há uma memória a ser ressoada não só para os próprios membros, mas também para toda a sociedade, como uma forma de reivindicar, historicamente, o reconhecimento destas pessoas como depositários do verdadeiro ideal do que é ser maçom.

Sendo assim, fomos em direção aos locais onde são guardados os elementos materiais da memória maçônica. Nota-se que os conteúdos imateriais são o que valorizam o patrimônio físico: os próprios preceitos da identidade maçônica transmitidos por meio, particularmente, de figuras que possibilitam conexão e reconhecimento pelo grupo, ligando os objetos a eles.

#### ***III.1 Memória Patrimonial: um lugar para exercer a sociabilidade***

Tendo sido o Rio de Janeiro o berço da República, encontramos na cidade duas grandes potências maçônicas: O Grande Oriente do Brasil do Rio de Janeiro – administrativo – e o Supremo Conselho do Brasil – ritualístico. Estas memórias estão representadas por dois antigos casarões: um na Rua do Lavradio e outro no Campo de São Cristóvão. Sobre a construção da memória maçônica, nos diz Costa:

(...) a memória representa o sentido da própria história. Seu estudo se mostra fundamental quando observamos as diferenças no pensamento maçônico do século XIX. O motor desta história deve ser percebido como revitalizador do pensamento daquela geração de maçons preocupados com a regeneração humana (COSTA, 1999, p. 64).

Em relação às casas em pedra que abrigam a memória maçônica, atestamos uma relação quase dualista entre os conceitos utilizados por Pierre Nora. Enquanto “pedra e cal”, estes são lugares de memória como detentores da história materializada. Tais espaços servem como abrigo a um passado glorioso, cristalizando-o. Em contrapartida, esses mesmos lugares também são centros de sociabilidade, nos quais a memória vai sendo transmitida oralmente dia após dia,

tornando-se, desse modo, um espaço de debate e evocação, não deixando, assim, a própria história da instituição cair em esquecimento, caracterizando o exercício de um meio de memória dentro de um espaço próprio (NORA, 1993, *passim*).

Ao mesmo tempo em que esta história permanece contida nos meios de memória, conforme Nora (1993), se fortalece devido ao engrandecimento de si mesma. Alguns autores que abordam esse tipo de percepção de grupo são Pierre Vernant e Walter Benjamin. O primeiro aborda a imaterialidade da memória e o quanto isto facilita para a formação de mitos através da oralidade (VERNANT, 1973, p. 71-112). O segundo complementa esta visão, valorizando o narrador para consequentemente valorizar sua própria história (BENJAMIN, 2000, p. 57). Obviamente, para chegar a esta conclusão, precisamos perceber não somente um narrador, mas todo o grupo enquanto narrador de uma história de si mesmo.

Não obstante, é importante a visão em outras nuances. Estes lugares servem como abrigo para as coleções não só fisicamente falando, mas também de seus ideais (POMIAN, 2000, *passim*), permitindo a evocação de sentimentos de orgulho do grupo. Isto possibilita também a reestruturação de uma memória do particular, pertencente apenas àqueles que a conhecem através dos meios ou relações de sociabilidade entre eles. Desta forma, observamos que, por estar presente em diversos círculos, o grupo cada vez mais se arraiga socialmente, estabelecendo e aumentando ainda mais contatos em sua rede. Como exemplo, ao visitar a Grande Loja de Londres, é necessária a identificação de nome, idade, país de origem, como conheceu a localização e a qual Loja está vinculado, caso seja maçom. Ou seja, ao se identificar com o grupo, há uma proximidade natural, na qual os “irmãos” aumentam sua relação social, conectando a Loja pertencente e a Grande Loja londrina.

Para que esses lugares sejam vistos como patrimônio, temos que entendê-los como símbolos de um dinamismo social, estabelecendo elos entre o passado e o presente (GONÇALVES, 2000, *passim*). Há uma série de possíveis abordagens, mas o foco neste momento é apresentar os ambientes que abrigam a memória em pedra e cal, o patrimônio edificado e, ao mesmo tempo, analisá-los como locais de encontro do grupo, servindo como meios de sociabilidade.

Os lugares físicos e espaciais construídos pelos grupos sociais, necessários à fixação da memória, expressam a vontade de consolidação e valorização interna e externa (Halbwachs, 1990). O patrimônio aqui se caracteriza também pela visibilização de poder. Salienta-se que o conceito utilizado para nos responder “o que é poder” vem de Michel Foucault. É essencial refletir sobre seus mecanismos, seus efeitos, suas relações em diferentes níveis da sociedade (FOUCAULT, 1984, p. 174). Segundo este autor, a memória é utilizada como forma de justificar o poder dentro de um meio social, em determinada conjuntura; é a função do que Nora chama de “lugar de memória”. Afinal, “Memória e Poder exigem-se” (CHAGAS, 2003, p. 141).

Discorrendo mais sobre esses conceitos, passemos agora a Henri-Pierre Jeudy. Este afirma que a ideia de patrimônio evidencia que, se para o indivíduo é impossível viver sem memória, para uma coletividade a convivência constante com seu passado é o necessário ponto de identificação de suas ações no presente. O autor enfatiza o perigo da perda dos traços culturais ainda atuais, vivos, que comprovam um passado que não estaria verdadeiramente morto, e considera que as representações das diferentes culturas se apresentam como objetos a serem percebidos, lidos e estudados (JEUDY, 1990, p. 66).

Na mesma direção, Jeudy segue dizendo que, para a imaginação histórica, há a necessidade de dar sentido ao material relativo ao passado, ao material morto ou às ruínas. Tais ruínas estão sempre presentes nas construções da memória, de tal sorte que não representam a degradação ou perda de uma possível identificação cultural; ao contrário, fundam o imaginário histórico (Idem, *Ibidem*).

Assim, o autor descarta fundamentalmente o sentido fragmentado dos patrimônios culturais e o papel das instituições de memória na preservação dessas culturas. Para ele, a memória está sempre em gestação e deve ser conquistada, uma vez que foi ordenada pela distribuição e pela função dos monumentos históricos. A questão fundamental é a atribuição dessa memória, em que a designação dos atributos é tão individual que pode afirmar que “uma memória não se amolda necessariamente a uma ordem cronológica.

A memória é um fator de ligação psíquica coletiva em uma sucessão que visa neutralizar os efeitos de um trauma; só quando a memória se torna objeto de uma gestão cultural é que pode produzir a aparência de ordem. Instituir, portanto, é ordenar. Mas a memória possui também algo

de acidental, de circunstancial, já que não é apenas meio de consagrar a continuidade, a duração, ou ainda de criar vínculos. A objetividade da memória, mesmo que representada pela interseção do objeto da memória, mesmo que representada pela interseção do objeto com a imagem e com o relato, não garante a reconstrução das culturas; apenas permite a geração de uma nova imagem cultural, passível de assimilação ou de esquecimento (DODEBEI, 2005, p. 48).

Resumidamente, podemos dizer que para Jeudy o patrimônio demonstra à coletividade seu traço comum. Apesar de este autor tocar na questão da objetividade da memória, não chega a mencionar a relação necessária entre objeto, imagem e relato, descrita por Pierre Nora (1993) como “relação triádica”. Todavia, ao afirmar que a memória não existe fisicamente, somente em pensamento, e que esta transmissão ocorre através da oralidade, ele automaticamente nos remete ao conceito de “meios de memória”.

O conceito de lugares de memória busca responder ao problema da perda das identidades nacionais e comunitárias que garantiam a conservação e a transmissão de valores, o que denomina meios de memória. Criamos lugares para ancorar a memória, para compensar a perda dos meios de memória, como um modo de reparar o dano. Subentende-se aqui o lamento pelo esfacelamento das tradições assim como a crença de que devemos contrabalançar essa perda. Dito de outra maneira, o argumento de Pierre Nora é compensatório e se baseia na ideia de que os modos de vida perdidos são os certos de viver, ou, ao menos, “memoráveis”.

Pierre Nora, assim, leva em conta o tempo em sua análise, porém o concebe como degradação: os lugares de memória são construídos porque perdemos os meios de memória, sendo preciso reparar o dano. O discurso do autor é pautado na perda; há nele uma dificuldade de tratar como positivas as mudanças do tempo. As transformações nos modos de sentir, perceber e lembrar caracterizam as sociedades contemporâneas, como se nos restasse apenas a compensação nostálgica de uma situação originária (NORA, 1993, *passim*).

Ao fazer um paralelo entre memória e história, o autor mencionado supõe que essa relação triádica conduz, não ao conceito de memória, mas sim ao conceito de história. Segundo ela, fala-se “tanto de memória porque ela não existe. Há locais de memória por que não há mais meios de memória” (1993). Para Nora, se ainda habitássemos nossa memória, não teríamos

necessidade de lhe consagrar lugares e, por conseguinte, não haveria lugares, porque não haverá(ia) memória.

Retornando seu diálogo com Jeudy, que usa a expressão ruínas, Nora reconhece que os lugares de memória são lugares de “restos”. Em suas palavras: “museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade” (JEUDY, 1990, p.2). No discurso desses dois autores, portanto, pode-se vislumbrar um indicador de que a memória só existiria efetivamente no imaginário (DODEBEI, 2005, p. 49).

O conceito de “lugar de memória” é complexo, apesar do que sua simplicidade aparente sugere. Aprofundando um pouco mais esta discussão, podemos dizer que são estes lugares que possuem efeito nos três sentidos da palavra, de forma simultânea, porém em graus diversos: material, simbólico e funcional. Um depósito de arquivos, por exemplo, cuja aparência nos remete a uma categoria material, pode também ser contemplado com uma aura simbólica se a imaginação assim nos permitir. Um manual de aula, que possui uma característica puramente funcional, se for objeto de um ritual, pode também entrar na categoria “lugares de memória”. Já um momento repleto de significação simbólica, como um minuto de silêncio, se materializa através da unidade temporal e dedica-se à remissão de uma lembrança.

O lugar de memória é um lugar duplo: fechado sobre o seu nome e identidade, mas aberto devido à extensão de suas significações. Para ser concebido é necessária, inicialmente, a existência de uma vontade de memória através do objeto digno de lembrança, que pode se produzir através de fontes diretas, engendradas pela sociedade voluntariamente para serem reproduzidas como tal, como uma lei, uma obra de arte e fontes indiretas, testemunhos deixados em uma determinada época sem duvidar de sua utilização futura pelos historiadores. Sem essa intenção de memória, os “lugares de memória” serão apenas lugares de história (NORA, 1993, passim). Essa discussão nos leva aos abrigos da memória maçônica.

O primeiro encontra-se na Rua do Lavradio, no Centro do Rio de Janeiro, uma rua que ainda hoje se destaca na configuração urbana da cidade. No século XIX, era frequentada especialmente por pessoas pertencentes à elite, constituindo-se como local privilegiado para a construção da Loja Maçônica.

O segundo local é o Supremo Conselho, localizado no Campo de São Cristóvão, próximo ao pavilhão de Tradições Nordestinas. Está situado abaixo do Elevado Paulo de Frontin, o que acarreta um barulho contínuo no local. O próprio *site* da Instituição enaltece o lugar como “Bairro Imperial”, evocando seu passado vinculado à realeza brasileira. A decadência do bairro é evidenciada por seu entorno degradado. Atualmente, cercado por moradores de rua, contrasta com um posto policial permanente ao lado do prédio da Administração.

A relação entre as edificações maçônicas e os bairros onde estão localizadas é importante para a análise, pois correspondem a áreas centrais relacionadas ao passado glorioso do Brasil, e, conseqüentemente, permitem acionar o elo entre a Maçonaria e o cenário político da época. As duas regiões mencionadas podem compor um quadro permeado por centralidades cosmopolitas, marcante na configuração do espaço público moderno e republicano, ao qual a cidade do Rio de Janeiro se insere (FRUGOLI, 2000, *passim*).

### ***III.2 O Centro Cultural do Supremo Conselho: Política e Ritualística***

Os contatos com as casas maçônicas se deram ao longo de um extenso período, alternado por leituras e pesquisas externas. A primeira visita ao Centro Cultural do Supremo Conselho ocorreu em 16 de julho de 2010. Fomos recebidos pelos Srs. Stenélis Rodrigues de Freitas – Grande Secretário de Finanças e Patrimônio – e Cid Ney Filardi Ramos – Soberano Lugar-Tenente Comendador. Estes foram muito solícitos e receptivos, indicando que a pessoa que poderia nos levar ao acervo não estava presente, além de o mesmo estar em pleno processo de reformas.

Houve um lapso de tempo entre o contato e a realização do campo. Tendo o conhecimento de que ainda estavam em obras, aguardamos até a data de abril de 2012, quando, finalmente, conseguimos agendar com uma das pessoas que trabalhavam diretamente com a cultura do Supremo. Para nos atender, foi designada a museóloga, formada pela UNIRIO, Esther Lopes. Durante a entrevista, foi explicado que atuava dando apoio à Instituição, não sendo a pessoa responsável pelo acervo. Além disso, qualquer entrevista deveria ser encaminhada por



escrito, pois as respostas seriam encaminhadas às pessoas competentes e reenviadas assim que possível. E assim foi feito: algumas semanas depois, recebemos as respostas, fornecidas pelo Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Brasil, Enyr de Jesus da Costa e Silva, com o apoio do Grande Inspetor Geral Ir. José Ricardo Laricchia. Já as imagens que complementam o texto foram cedidas pela própria Instituição, algumas retiradas do *site*, e outras feitas durante a visita.

A fundação de um Centro Cultural<sup>37</sup> foi uma decisão do Soberano Grande Comendador Ney Coelho Soares, dirigente do Rito Escocês que faleceu em 2007, com o apoio de todos os maçons desta Instituição, mantida nos dias atuais pelo atual Soberano Grande Comendador Enyr de Jesus da Costa e Silva.

Segundo informações agrupadas anteriormente à incursão e nos demais dados contidos na própria página virtual da Instituição, o Supremo Conselho do Brasil para o Rito Escocês Antigo e Aceito foi fundado em novembro de 1832, tendo funcionado até o ano de 1976 no Palácio do Lavradio, que era anteriormente a sede do Grande Oriente do Brasil. Atualmente, encontra-se no Campo de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Tem um ideal filosófico e educativo, com autoridade ritualística em todo território nacional, tendo base na cidade do Rio de Janeiro.

Também é preciso diferenciar o Supremo Conselho do Grande Oriente. O primeiro tem uma função filosófica, enquanto o segundo possui um aspecto mais administrativo. Trabalhavam unidos, separando-se somente em 1951, pela Constituição do Grande Oriente do Brasil, aprovada no mesmo ano. As duas Obediências tornaram-se, assim, independentes uma da outra, originando o atual "Tratado de Amizade e Aliança", de mútuo reconhecimento, que continua em vigor até hoje, pelo qual, o Supremo Conselho do Brasil para o REAA<sup>38</sup> reconhece o Grande Oriente do Brasil como única potência regular legítima no Brasil, possuindo, inclusive, uma insígnia própria para a Instituição.

---

<sup>37</sup> A fundação do CCSG parece estar em consonância com o movimento mais amplo de abertura de centros culturais na atualidade.

<sup>38</sup> Rito Escocês Antigo e Aceito



Imagem 3

A Maçonaria é claramente uma Instituição que não possui uma unidade sólida, haja vista a quantidade de cisões que ocorreram. Não é diferente com o Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito. Apesar de pouco exposto, há outra fundação filosófica com a mesma denominação, localizada na Praça Seca, em Jacarepaguá, também no Rio de Janeiro, conforme figura abaixo. As informações obtidas sobre ela foram conseguidas em conversas informais e pesquisas *online*.

De acordo com documentos do Supremo Conselho e de artigos maçons<sup>39</sup>, em 1929, no Congresso Internacional de Supremos Conselhos, seus representantes foram recebidos pelo “Irmão” René Raymond<sup>40</sup> com absurda descortesia, pois este negou-se a aceitar a documentação, alegando que “não podia perder tempo” e afirmando: “*Vous êtes les dissidentes*” (vocês são os dissidentes).

<sup>39</sup> O artigo em questão foi obtido por email, enviado por um membro da Ordem Demolay. Título: Legalidade e Regularidade . Autor: JUNIOR, Abel Nunes Proença. PMC - Sênior DeMolay - M.'.M.

<sup>40</sup> Historiador francês, falecido em 2007, escritor de mais de 50 obras de grande contribuição para a historiografia mundial, tais como *A direita na França de 1815 a nossos dias* (1954), reeditado diversas vezes, *Anticlericalismo na França de 1815 a nossos dias* (1976), de *A história da França religiosa* (1992) e de *Introdução à história de nosso tempo* (1974).

No *site* desta outra fundação, há uma justificativa para a cisão, além da explicação do motivo de aquela ser a denominação herdeira do direito de representação<sup>41</sup>.



Imagem 4

Esse processo parece incomodar bastante o grupo da Praça Seca. Nota-se isso justamente pela falta de debate aberto sobre o tema. Todavia, como a intenção não era explorar a cisão, e sim a memória maçônica contida no Centro Cultural, não nos permitimos seu aprofundamento. O relevante para o momento era exemplificar a questão do conflito entre os Supremos. Apesar disso, podemos afirmar que há uma identificação de todos na dimensão simbólica e ritualística, visto que ambos seguem o Rito Escocês, embora o poder legítimo ainda seja objeto de desejo e de disputa de todos.

De uma forma mais abrangente, a fundação do Supremo Conselho, localizado em São Cristóvão, ocorre por intermédio do Visconde de Jequitinhonha, autorizado que fora por uma Carta-Patente, expedida em 1829, pelo então Supremo Conselho dos Países Baixos, atual Bélgica, quando este se encontrava exilado na Europa desde 1823, em face de seu descontentamento com a situação política à época reinante no governo do Império. Em seu retorno ao Brasil, em 1831, após a abdicação de D. Pedro I, pôde desenvolver todos os atos necessários para a instalação do Supremo Conselho. Francisco Gê Acaiaba Montezuma (1794-

<sup>41</sup> <http://www.sc33.org.br/hist-sc33.html> Acessado em 07/05/2012

1870) assumiria a partir de 1851 o cargo de Senador do Império. Permaneceu como 1º Soberano Grande Comendador, desde a inauguração até 1835, quando passou o cargo. Desde então, várias figuras importantes ocuparam o cargo.

No que se refere ao prédio, o reconhecimento é imediato, pois possui a descrição em destaque do que é a construção, com uma placa, além do símbolo do próprio conselho. Ao chegar, nos surpreendemos, já que não se trata de apenas um prédio, mas um complexo com seis edificações, entre administração, salas ritualísticas e um Centro Cultural.



Imagem 5

A título de curiosidade, existe uma biblioteca, uma sala para tratamentos odontológicos, além de alojamentos para Irmãos de outros estados que estejam de passagem pelo Rio de Janeiro, o que configura que aquele espaço funciona mais do que um meio de sociabilidade, sendo também um suporte prático para os membros.



Imagem 6



Imagem 7



Imagem 8

Na entrada do jardim, estão dispostos três bustos de personagens importantes para o Supremo: Dr. Vulcano, Dr. Montezuma e Cel. Ney Soares. A poucos passos dali, encontramos a segunda entrada do salão de exposição permanente, que se mistura no ambiente às entradas dos Salões nobres de ritos do Sacro Colégio, do Rosa Cruz, de Lojas que funcionam nas dependências e de Câmaras Filosóficas de diversos segmentos.



Imagem 9

No Centro Cultural há uma exposição de longa duração, composta por vestimentas, símbolos e móveis antigos. Possui um espaço com um quadro e símbolos em ode à Jaques Demolay, o último Grão-Mestre Templário.

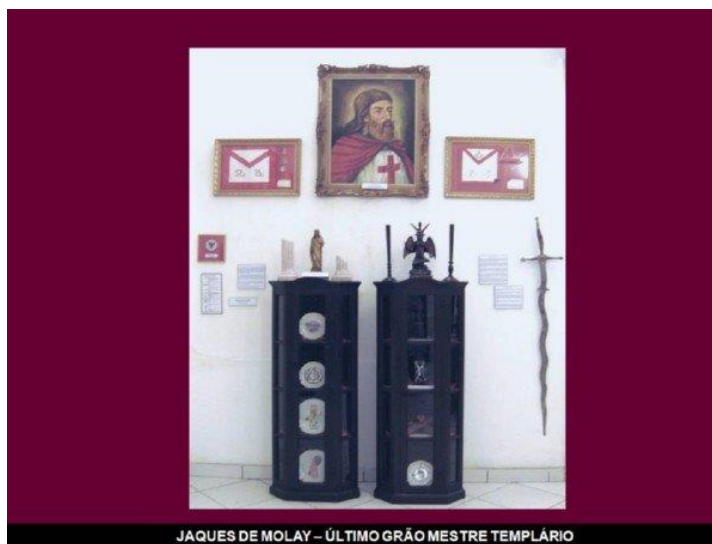


Imagem 10

É notável o orgulho maçônico expresso nas obras. Existe um espaço dedicado a acontecimentos históricos específicos como: Inconfidência Mineira, chegada da família Real, Revolução Pernambucana, Independência, Segundo Reinado e Abolição. Curiosamente, não há espaço reservado para o 1º Reinado. Isto pode ser explicado pelo fato de D. Pedro I ter ordenado a perseguição aos maçons, por medo de perder o controle sobre as articulações políticas do grupo, levando-os a permanecer na ilegalidade por muito tempo.



Imagem 11



INCONFIANÇA MINEIRA 1778-1789

Imagem 12





Imagem 13

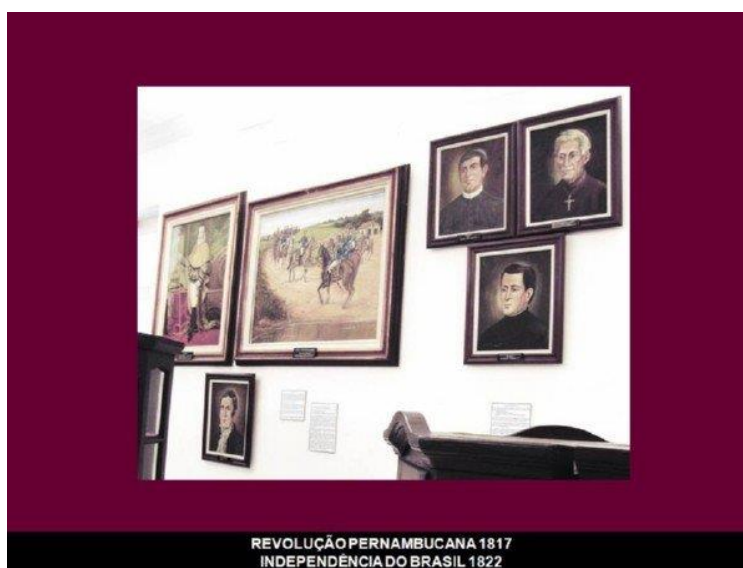


Imagem 14

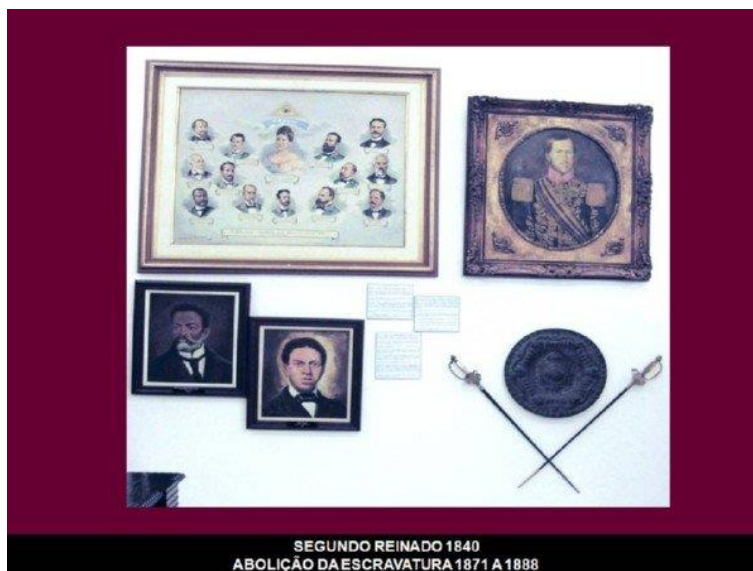


Imagem 15



Imagem 16

O acervo é multifacetado. Espelhos, potes, mobiliários antigos da Ordem, além de quadros, muitos de figuras ilustres que pertenceram à Maçonaria. Existe, ainda, uma área para exposições temporárias. Réplicas em miniaturas de caravelas e uma recriação do Templo de Salomão compõem o restante do acervo.



Imagem 17

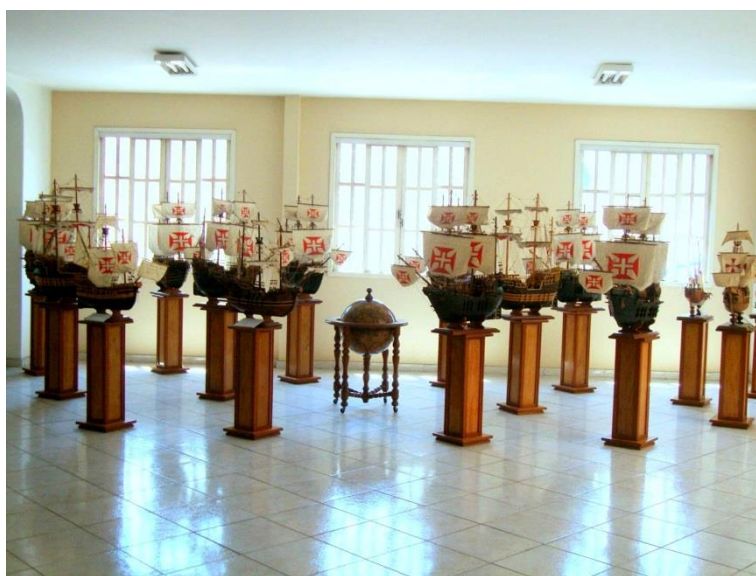


Imagem 18

O Supremo, apesar de pouco visitado no dia a dia, teve um apelo popular neste último verão. Foi incluído no Ciclo de Museus de São Cristóvão, o que, por consequência, atraiu os olhares da população do Rio de Janeiro para esse espaço cultural, que antes era completamente desconhecido pelo público em geral. Para este ano, são aguardados quase 6 mil visitantes, e a

previsão é aumentar, visto que já foi dada entrada no pedido de inclusão no cadastro do Instituto Brasileiro de Museus.

Por meio de formas pictóricas e gráficas consubstanciadas em seus rituais, livros sobre os distintos ritos e em revistas especializadas, as mensagens não são vistas por olhos profanos, apesar de estes poderem apreciá-las. Basicamente, apesar de serem expostas e abertas para o grande público, somente poucos compreendem o sentido total do simbolismo contido nas peças de exposição, mesmo porque tal compreensão está relacionada à identidade do grupo.

Eles admitem que, por ser dependente do Supremo Conselho do Brasil quanto a sua direção, organização e gestão financeira, o Rito Escocês tem mais destaque naquele espaço. Mas isto não invalidaria a percepção do grupo no reconhecimento aos outros ícones enquanto símbolos gerais e personagens históricos representantes daquele grupo social, pois a cultura maçônica seria universal.

Até o momento, vimos a materialidade de memória maçônica representada através de objetos. Porém, como dito anteriormente, este local também abriga salas que são utilizadas pelo grupo, mantendo viva a transmissão desta memória através destes espaços de reunião.

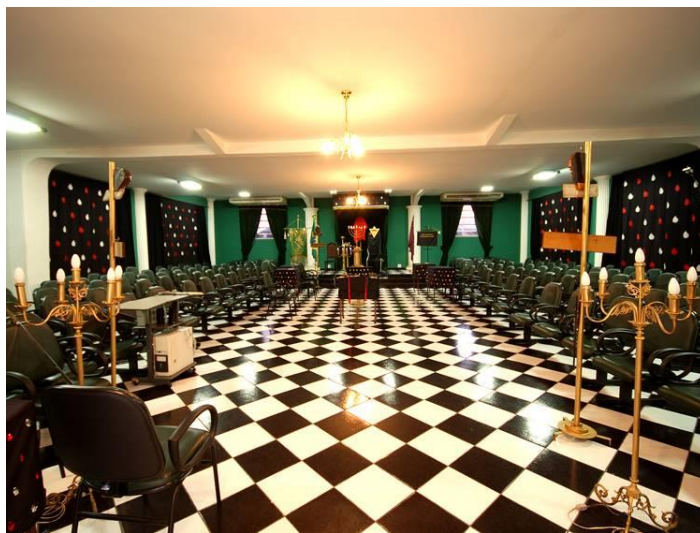


Imagem 19

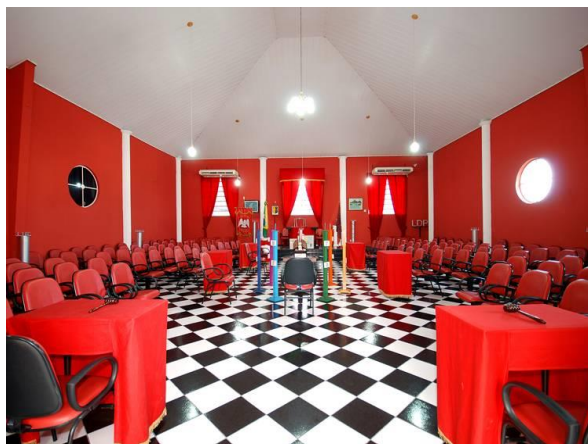


Imagem 20



Imagem 21



Imagem 22

Existe também um espaço público, uma ampla “sala de confraternização”, que recebem “ilustres” convidados da sociedade até os dias atuais. Mas este espaço não seria tão “público”, já que para estar presente nele é necessário participar de um seletivo grupo, mesmo não sendo maçom. Além disso, apesar da nomenclatura de “Espaço de Entretenimento”, percebemos nos adornos toda a simbologia maçônica fixada: bandeiras, quadros e personagens da sua própria história, sem contar o próprio piso típico destes lugares, representando as trevas e a luz.



Imagem 23



Imagem 24

O Supremo Conselho é um exemplo claro dos conceitos apresentados anteriormente. Funciona como um engessamento da memória através dos objetos expostos. Permite um elo de sociabilidade ao ofertar outros tipos de serviços aos membros e fornecer um espaço onde a própria identidade grupal pode continuar a ser exercida e ressignificada. Tudo isso em um lugar que se apresenta tanto para si, privado, quanto para os olhos externos, da sociedade em geral.

A complexidade deste círculo é tanta que é mister uma autocritica constante, além de uma atenção para não se expor demais, o que acaba por ser paradoxal, uma vez que ao serem inseridos em um ciclo-circuito de museus, o objetivo é justamente serem mostrados, tornarem-se visíveis.

Isto nos leva ao nosso próximo objeto de análise que, teoricamente, é ainda mais complexo, visto a carga histórica contida na própria localização da Loja.

### ***III.3 Palácio do Lavradio: A história edificada da Maçonaria Brasileira***

Uma construção de grande valor histórico é o Palácio Maçônico do Lavradio, situado no número 97, de estilo neoclássico, cuja planta original é atribuída a Grandjean de Montigny, sede do Grande Oriente do Brasil, fundado em 1822. O seu terreno foi comprado em 1836 pelo ator português Vitor Porfírio Borja, que começou a edificar um majestoso teatro para 880rnalo rival do Rossio (Teatro João Caetano). Por falta de recursos, as obras acabaram por ser abandonadas. Na data de 27 de outubro de 1828, foi anunciado no Jornal do Commercio o leilão do prédio. Posteriormente, este foi arrematado pela união de várias Lojas Maçônicas fluminenses e seus filiados que se reuniam na região. Esta junção recebeu o nome de Companhia Glória do Lavradio.

Conforme a bibliografia sobre o casarão, a história de sua construção data de mais de cento e cinquenta anos. A Rua do Lavradio foi um dos pontos mais nobres no Império, na primeira metade do século passado. Foi aberta em 1771 pelo Marquês do Lavradio, que assumiu o vice-reinado em 1769. Personalidades ilustres moraram no Lavradio, como o encarregado de negócios da França, Sr. M. Pontois, Duque de Caxias, Marquês de Olinda, Marquês de Cantagallo, artista Jesuína Monteiro, ator João Caetano, Eduardo Laemmert, Visconde de Jaguari, André Rebouças, Vieira Souto, Antônio Saldanha da Gama e o escritor Valentim Magalhães, que se reunia sempre com Raul Pompéia, Olavo Bilac, Coelho Neto e Lúcio Mendonça. (GERSON, 2000; MARTINS, 2003; PROBER, 1986)

Foram realizadas algumas visitas ao local para um estudo exploratório, em julho de 2010. Logo na entrada, vemos duas esfinges e o símbolo do esquadro e compasso desenhado em pedras portuguesas.

Os contatos com as pessoas responsáveis pelo Palácio do Lavradio seguiram por bastante tempo. Iniciamos com uma visita em 2010, quando fomos recebidos por “Irmãos” que estavam presentes no momento, os quais, muito solícitos, nos forneceram a indicação de quem deveríamos buscar para uma entrevista. Em abril de 2012, agendamos uma entrevista com um representante da Secretaria de Educação e Cultura do GOB-RJ, o Sr. Fernando Magalhães.





Imagem 25



Imagem 26

No saguão de entrada, existem três estátuas em mármore carrara, representando a Caridade, a Fé e a Esperança, sendo a primeira datada de 1844 e as posteriores de 1880. A iluminação era feita por velas, querosene ou óleo, tendo sido substituída por energia a gás em 1871 e, posteriormente, por energia elétrica em 1910. Observam-se também dois painéis repletos de símbolos que remetem à ritualística maçônica.



Imagem 27

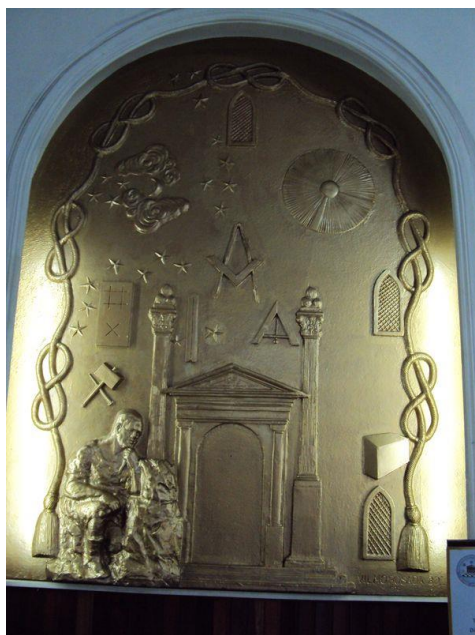


Imagem 28



Imagem 29

Os corredores de acesso são amplos, tendo sempre no chão o azulejo estilo xadrez. As escadarias são imponentes, com os corrimãos em madeira maciça. Na direção da Sala do Conselho, estão expostos diversos quadros de personalidades políticas maçônicas, como Saldanha Marinho, Senador José Vergueiro e o General Osório.

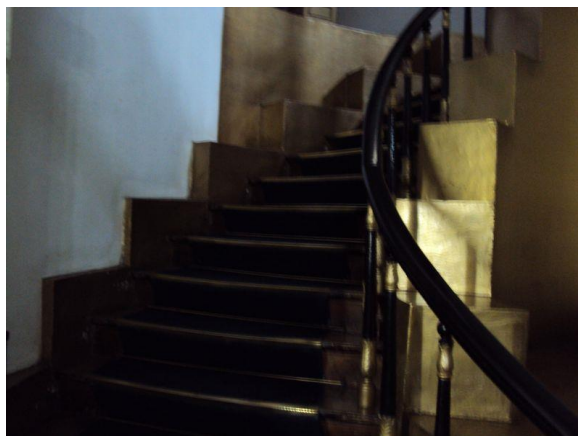


Imagem 30

Indo em direção ao Templo Nobre, estão em exibição diversas bandeiras que representam os estados da federação, além de retratos em guache dos antigos Grão-Mestres. Percebem-se também placas comemorativas e estandartes.



Imagem 31

Partindo para o Templo Nobre, chama a atenção uma estátua inaugurada na administração de Quintino Bocaiúva, em 1902. O templo – uma réplica do Parlamento Inglês – recebe o nome de Gonçalves Ledo em 1928. Uma das mais recentes intervenções foi feita em

2001, com a instalação do sistema de ar condicionado e estofamento nas cadeiras cerimoniais (PROBER, 1986, *passim*).



Imagem 32

Na Sala do Conselho Estadual, observam-se duas telas de 1869 representando a Guerra do Paraguai, ambas doadas pelo Visconde do Rio Branco. Outro objeto em destaque é um relógio, feito em madeira e com entalhe de símbolos da Ordem. Possui também vitrines com malhetes e espadas pertencentes a personagens históricos como Henrique Valadares e Duque de Caxias.



Imagem 33

Existe uma biblioteca dentro do Palácio. Grande parte do acervo foi recebido da Loja Azilo da Caridade (sic), dissolvida em 23 de dezembro de 1902, que doou cerca de três mil livros. Além disto, é repleto de bustos que homenageiam maçons ilustres. Uma das obras mais festejadas é uma bíblia de 1555, escrita em aramaico e doada a D. Pedro II por Victor Hugo, em ocasião da visita do Imperador à França. Além desta relíquia, encontramos no Palácio ainda três estátuas em mármore de Carrara, representando a Caridade, Fé e Esperança, do escultor alemão Ferdiand Petrich de 1844; alfaias e aventais pertencentes a Saldanha Marinho, Visconde de Inhauma, Marquês de Abrantes, D. Pedro I, Senador José Vergueiro, Joaquim Gonçalves Ledo, General Osório, Visconde de Sapucahy e Visconde de Rio Branco; dois quadros em óleo sobre tela de 1869 do artista Eduardo de Lartimo, denominadas “Entrada da esquadra em Assunção” e “Paisagem de Humaitá”, doadas pelo Visconde de Rio Branco; e um Busto de D. Pedro I, confeccionado em bronze fundido em Paris, por Fontaine e modelado por Marc Ferrez.

A entrevista transcorreu em pleno saguão do Palácio. Foi possível perceber o intenso trânsito de pessoas, ao longo de todo o dia. Existem diversos templos, de diversos ritos, nos quais os horários e os dias de reuniões são divididos entre as Lojas, fazendo com que todos os dias da semana haja reuniões.

É perceptível a vontade de afirmar a posição dos maçons em se expor, do ponto de vista científico. Porém, não há tantas pesquisas quanto gostariam e as poucas que existem focam-se em histórias narrativas. Nosso entrevistado, por exemplo, faz doutorado em educação a partir do ponto de vista maçônico: *“Só existe uma pesquisadora que fala sobre o tema. Eu sou o segundo. Mas há muitas outras coisas, a Maçonaria tem contribuições nas mais diversas áreas, na psicologia, por exemplo”*. Os próprios pesquisadores maçons, na área de história e memória, não possuem um rigor a ponto de alcançar o meio acadêmico de forma concisa, e os pesquisadores “externos” têm receio de ir em busca de informações necessárias.

O discurso da perda estava sempre presente na narrativa do entrevistado. Lamenta-se pela perda da memória e pelo descaso dos maçons com o Palácio e a transmissão da sua história. Cita diversos documentos que estavam simplesmente jogados em sacos de lixo, expostos às intempéries do tempo, sendo descartados sem a verificação devida. Ao se darem conta do real valor, encaminharam o documento para restauração. Questionado sobre onde estariam tais documentos, se eles teriam acesso, foi alegada a falta de conhecimento. Tanto que, quando afirmamos que tentamos o acesso e o mesmo foi barrado pela pessoa responsável pelo processo, a reação foi de surpresa, pois a real intenção da restauração é a disponibilização deste acervo.

Há também uma questão paradoxal sobre o tombamento do prédio. Como ele está em constante uso, tombá-lo significaria a impossibilidade de obras constantes, mudanças de tinta ou afins. Podemos ver isto de uma forma irônica, pois há anos o local está em obras, sem previsão de receber verba do Grande Oriente do Brasil para terminá-las.

Algumas questões interessantes foram apontadas. Por exemplo, a existência de uma museóloga no Supremo Conselho foi citada como algo positivo – seu trabalho dentro da Instituição foi largamente elogiado. De acordo com as tradições da Maçonaria Regular, as mulheres não são aceitas nas ritualísticas e sua presença é limitada a datas festivas. Independentemente de ser uma Instituição patriarcal, a necessidade de mão de obra capacitada faz com que este preceito precise ser revisto a fim de impedir, de forma competente, o abandono da cultura maçônica.

Os embates sobre como cuidar da memória maçônica são frequentes, porém são vistos como um laço que une todos os maçons em prol de um objetivo comum. Podemos resumir a postura da Maçonaria atual em relação a sua memória com uma das falas finais do Sr. Fernando:

Há preocupações. Por enquanto ela é pontual e individualizada. Institucionalmente não há essa preocupação e desgraçadamente há uma carência de conhecimento nesse ramo por conta das lideranças maçônicas ou daqueles Irmãos que estejam exercendo o cargo de liderança no momento. (Entrevista realizada em 04/04/12)

Finalizamos com a posição da Maçonaria do século XXI. A presença da Maçonaria na história brasileira, para eles, é indiscutível. Todavia, atualmente, a Instituição não mais seria de vanguarda, limitando-se a acompanhar, “adormecida”, as mudanças sociais, haja vista a falta de necessidade de serem ativadas. A partir da segunda metade do século XX, pouco a Maçonaria fez, de acordo com suas características anteriores. E essa passividade causa uma reflexão, pois anteriormente, dizer que a Maçonaria está contrariando seus princípios mantendo-se neutra era válido; porém quando a Instituição fica um século sem tomar partido para as mudanças sociais ocorrerem, seria porque adotou uma nova postura, a de mera observadora.

Analisar o significado do prédio é convergir com a própria história da Maçonaria no Brasil e com a identidade do grupo. O Palácio já serviu como sede para o Grande Oriente do Brasil, quando o Rio de Janeiro era capital do país. Depois, passou a ser a sede do GOB-RJ, que seria a administração das Lojas do Rio de Janeiro. Esta administração está atualmente na Avenida Marechal Floriano, também no Centro da cidade. Atualmente em obras, o que impede ao público em geral a visita, o Palácio do Lavradio foi tombado pela Divisão de Patrimônio do Estado da Guanabara no dia 20 de janeiro de 1972, mas não consta no roteiro de visitas do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus).

### ***III. 4 – Mudanças da inserção maçônica no espaço público***

Após mais de 120 anos do fim do Império, devemos utilizar novos parâmetros de análise. Hoje em dia, em pleno século XXI, a Maçonaria não possui mais a mesma relevância de outrora; isto não significa, no entanto, que não existam alguns indivíduos em posições de destaque na política nacional. Enquanto no Império houve a cisão com o embate entre Maçonaria política e



Maçonaria filantrópica, hoje em dia não há divisão clara, mas percebe-se um embate, uma vontade da Instituição em se destacar novamente neste cenário.

Um exemplo disso é uma visita em especial, agendada para o Palácio do Lavradio, do Senador pelo estado de Roraima Mozarildo Cavalcanti, que está, atualmente, em campanha presidencial para Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil<sup>42</sup>. Em breve pesquisa, podemos verificar também a existência do dia nacional do maçom, celebrado em 20 de agosto. Existem diversos vídeos com pronunciamentos no senado em comemoração a data, porém o que chama atenção são vídeos de parabenização dos Srs. José Serra<sup>43</sup> e José Alckmin<sup>44</sup>.

Nesses vídeos, os senadores enaltecem todos os “valores maçônicos” e os agradecem por serem guardiões da moral e da ética. Além disto, destacam a importância histórica da Maçonaria no Brasil e no mundo. Ora, não podemos ignorar tais discursos, oriundos de ex-candidatos à presidência da República, com a clara mensagem de aproximação e conhecimento da existência – e talvez influência deste grupo, pois, se fossem totalmente impotentes, não receberiam tal destaque. O fato de se estabelecer um dia nacional de celebração legitima a presença do grupo no espaço público.

Enquanto guardião da moral, de acordo com suas diretrizes, a Maçonaria já impôs uma série de condenações a seus próprios membros, demonstrando, assim, que a ação do indivíduo pode não condizer com a abraçada pela Instituição. Nesse sentido, a série de notas de repúdio ao ex-governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, envolvido no escândalo do “mensalão” é exemplar. Supostamente membro da Ordem, ele teria pedido desligamento da Grande Loja de Brasília para evitar seu processo de expulsão, já que teria violado vários preceitos<sup>45</sup>.

Tampouco podemos deixar de citar aqui o “escândalo da Maçonaria”. Neste, houve uma difusão e um grande furor interno após o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de

---

<sup>42</sup> Entrevista realizada com o Secretário Adjunto da Secretaria de Educação e Cultura do Grande Oriente do Brasil – RJ, Fernando Magalhães, no Palácio do Lavradio.

<sup>43</sup> [http://www.youtube.com/watch?v=s-uEpT2YS0Y&feature=player\\_embedded](http://www.youtube.com/watch?v=s-uEpT2YS0Y&feature=player_embedded) acessado em 02/05/2012

<sup>44</sup> [http://www.youtube.com/watch?v=Jy7Vs9LrCpc&feature=player\\_embedded](http://www.youtube.com/watch?v=Jy7Vs9LrCpc&feature=player_embedded) acessado em 02/05/2012

<sup>45</sup> <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/arruda-pede-desligamento-da-maconaria-pressionado-por-escandalo-20100105.html> Acessado em 02/05/2012 (Também existem diversos outros sites com a mesma informação)

Justiça terem decidido por conceder liminares a três desembargadores e sete juízes de Mato Grosso, depois de eles terem sido punidos sob a acusação de desvio de dinheiro de uma cooperativa de crédito ligada à Maçonaria<sup>46</sup>. Os dois episódios demonstram que pode não haver um alinhamento entre os preceitos e os atos individuais, mas que realmente há na Maçonaria uma grande preocupação em manter-se com uma boa imagem pública, historicamente demonizada pelas percepções cristãs, como vimos no primeiro capítulo.

A comunicação entre os maçons também mudou. Hoje em dia, com a suposta laicização do Estado, a liberdade de escolha e de expressão, não há mais o mesmo medo que havia anteriormente. As atas de reuniões são registradas em cartórios públicos. Em entrevista, ao questionarmos sobre uma mudança na forma de ressoar a memória e debates de interesses “públicos”, além de sua participação social, obtivemos a seguinte resposta:

Não seria uma transformação, mas uma melhor apresentação, respaldada na ciência e tecnologia, da memória maçônica através dos séculos<sup>47</sup>.

Se agora não há mais o medo de exposição e o mundo mudou tanto, tecnologicamente falando, por que não se reinventar? E é isto que a Maçonaria está tentando fazer hoje. Antes, jornais que circulavam em meios específicos agora dão lugar ao advento da internet; centenas de fóruns conectam os Irmãos através do Brasil; redes sociais, como *Orkut* e *Facebook*<sup>48</sup>, servem de meio de interação direta, com vários membros se declarando abertamente maçons; diversas lojas virtuais vendem produtos com os símbolos, além de diversos livros e revistas que tem caído em gosto popular, justamente pela curiosidade causada pela Instituição. Não é difícil encontrarmos adesivos em carros com o compasso e o “G” de G.A.D.U.<sup>49</sup>, ou até mesmo advogados, médicos,

---

<sup>46</sup> <http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=24&cid=64631> Acessado em 02/05/2012

<sup>47</sup> Entrevista ao membro do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito, Grande Inspetor Geral Ir. José Ricardo Laricchia.

<sup>48</sup> No *Facebook*, a *fan page* “Maçonaria e Esoterismo” possui mais de 6650 participantes. No *Orkut*, a comunidade “Maçonaria” possui 46300 membros. Além disso, existem diversas outras comunidades, seja de Lojas específicas, seja de outras denominações, as chamadas “paramaçônicas”.

<sup>49</sup> Grande Arquiteto do Universo

professores, enfim, pessoas nas mais diversas posições ostentando a simbologia maçônica, exibindo o orgulho do pertencimento.

Não cabe julgar se a intenção é obter vantagens, como nos foi dito por Frederico Guilherme Costa, também em entrevista, pois a Maçonaria teria se tornado “um espaço onde as pessoas buscam entrar para terem vantagens sobre os outros”. Porém, também não podemos ignorar o sinal claro de que, enquanto há 100 anos as pessoas se mantinham discretas, hoje em dia elas fazem questão de enaltecer a sua identidade. Vale investigar com maior profundidade a inserção da Maçonaria na sociedade contemporânea, marcada pela disputa de identidades, consumo e visibilidade no espaço público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo este trabalho, buscamos demonstrar a participação da Maçonaria na História do Brasil. Esta participação foi analisada considerando distintos aspectos, com o intuito de não engessar o processo de construção da identidade da Irmandade.

A Maçonaria serviu para alguns membros como meio de adentrar um seletivo grupo de destaque social, pois estes agiam e influenciavam diretamente na política nacional. Integrar este grupo significava ter prestígio social. Com o tempo, a Instituição perdeu sua força. Apesar de continuar focada na elite, os cargos de destaque não mais são ocupados por estes membros e, caso o sejam, não geram tanta notoriedade pública como ocorreu em tempos anteriores.

Hoje em dia, a Maçonaria sobrevive em Lojas espalhadas por todo o país. Seus membros continuam envolvidos por uma aura de mistério e conseqüente curiosidade popular, facilmente perceptível pelo grande número de revistas e publicações sobre o tema. E agora, com o surgimento de uma era na qual os grupos reivindicam sua participação na História, buscam legitimar suas memórias, a Fraternidade. No mesmo compasso, tentam buscar maneiras de enaltecer seus mais ilustres membros, em seus lugares de memória, como forma de enfatizar sua importância para a construção da nação, diante da participação de personagens maçons ilustres em eventos singulares da história brasileira.

Desta forma, surgem em todo o país lugares que abrigam a memória maçônica, aliados a patrimônios materiais de relevância tanto para o grupo como para a nação. Em específico, no Rio de Janeiro, apesar das diversas subdivisões, existe um discurso de preocupação em relação à preservação e à transmissão da memória maçônica. No entanto, concomitantemente, não ocorre uma ação orquestrada, coesa, em relação às estratégias necessárias para a efetivação desses objetivos. Por exemplo, podemos citar a tentativa do Grande Oriente do Brasil em criar um Museu em Brasília, perto da sede nacional. Mas, ao mesmo tempo, não temos o envolvimento dos Grandes Orientes regionais neste processo, muito menos das lideranças ritualísticas nas escolhas do que será lembrado – ou esquecido.

Os locais escolhidos da cidade são bastante simbólicos: o Centro do Rio de Janeiro, antiga capital, e o bairro de São Cristóvão, próximo à residência Imperial. Concluímos que ao fazer uma etnografia desses lugares, observar o entorno é fundamental; perceber como o lugar analisado se insere no meio – físico e histórico – em que está instalado é crucial. No caso da Maçonaria, acaba englobando outras questões, pois também está em jogo a influência política do século XIX e o ideal de valorização do século XXI.

O primeiro capítulo apresentou alguns aspectos relevantes para a contextualização e caracterização da maçonaria. Não podemos simplesmente aguardar que a Ordem vá se lançar em busca de promoção, pois sua matriz é a discrição. Sua ostentação ocorre em determinados meios de memória, como forma de alardear sua participação nos processos políticos vinculados ao projeto de nação, forjado no século XIX. Constatou-se que, embora exista uma bibliografia relevante, há ainda pouca produção sobre a Maçonaria de hoje. As estratégias elaboradas para expressar e visibilizar sua identidade atualmente, aqui delineadas considerando dois lugares de memória, o Lavradio e o Centro Cultural, lançam luz sobre o processo de construção da memória maçônica. No entanto, vale dizer, é necessário empreender novas pesquisas acadêmicas, que visem à compreensão da inserção da Ordem na sociedade brasileira contemporânea. Além disto, é importante problematizar as formas pelas quais a própria instituição ressignifica seus lugares, objetos e personagens históricos.

A Maçonaria consegue se reinventar no contexto nacional. As lutas de alguns maçons europeus, liberais, não podem ser exercidas da mesma forma no Brasil, pois aqui a escravidão era o limite do liberalismo. Deste modo, a inserção dos membros na política nacional fez com que ganhassem certa notoriedade e conseqüente respeito, tornando-os uma instituição conhecida até os dias de hoje não só pelos seus mistérios, mas também pelos feitos de seus membros, formando assim a sua própria identidade.

Estas questões foram discutidas no segundo capítulo, com a caracterização da participação de indivíduos que circulavam em diversos espaços de sociabilidade. O destaque que estes membros tiveram ecoam até os dias atuais na História nacional e são utilizados pelos maçons para ressaltar a “importância” que a Ordem teve para a dita evolução que o país alcançou, caracterizando estes personagens como mitos a serem idolatrados tanto por maçons quanto por “profanos”, pois, teoricamente, sem eles, nada seria possível.

A Maçonaria contemporânea foi analisada no terceiro capítulo, mais especificamente, nas estratégias escolhidas por eles para legitimar a valorização de membros ilustres. O surgimento de museus e centros culturais serve como justificativa para a reivindicação de ter sua participação na História do Brasil reconhecida e assim ressurgir de um período de ostracismo, no qual a Fraternidade se encontra atualmente.

É redundante dizer que o patrimônio imaterial valoriza a materialidade maçônica. Então, nada mais lógico do que a atual ressignificação desses lugares. A característica de ser, ao mesmo tempo, “lugar de memória” e “meio de memória” é interessante porque, para os ingressantes, existe a impressão de realmente estar em um local histórico. Tanto o Centro Cultural do Supremo Conselho quanto o Palácio do Lavradio ainda estão em uso e servem como centro de reuniões quase que diariamente. Estar em um local onde a memória é constantemente lembrada faz com que as suas raízes – imaterialidade da memória – se tornem cada vez mais profundas, pois são a todo instante recordados da importância da instituição não só para eles, mas para toda a sociedade brasileira.

Assim, concluímos que a existência destes lugares se justifica não só para aquele grupo, mas também para o público em geral. Hoje, mais do que nunca, o patrimônio é para ser exibido e visibilizado, pois legitima o discurso da memória – e da própria nova história – da participação de diversos grupos como agentes e não como simples observadores passivos. Atrelado a uma questão de reconhecimento mútuo entre “Irmãos”, estes lugares acalentam a sua identidade, pois servem como forma de expor a importância e a necessidade de uma contínua existência do grupo por eles mesmos.

Ao longo deste trabalho, buscamos sempre a objetividade das informações, a fim de facilitar a fluidez da compreensão dos objetivos. Sendo assim, esperamos que este texto sirva para muitas outras reflexões sobre a relevância da participação da Maçonaria na História do Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Berenice. *Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no Império*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009.

ABREU, M. “Mães escravas e filhos libertos: Novas perspectivas em torno do Ventre Livre”. In I Rizzini (org.) *Olhares sobre a Criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: USU, 1997.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (org.). *Memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AGIER, Michel. *Distúrbios Identitários em Tempo de Globalização*. MANA 7(2):7-33, 2001. Texto digital.

ASLAN, Nicola. *Pequenas Biografias de Grandes Maçons Brasileiros*. Rio de Janeiro: Aurora, 1973.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.

BARATA, Alexandre Mansur. *A Maçonaria e a Ilustração Brasileira*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos I (1): 78-99, jul.-out., 1994.

\_\_\_\_\_. *Luzes e Sombras: A Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil: 1790-1822*. Juiz de Fora: Ed. UJF, 2006.

BARRETO, Célia Barros. “A ação das sociedades secretas.” In Sérgio Buarque de Holanda (org), *História Geral da Civilização Brasileira*, t III, vol 3. São Paulo, DIFEL, 1983.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política*. São Paulo: ed. Brasiliense, 2000.

BELLO, José Maria. *História da República 1889-1954: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. 5ª.Ed. São Paulo: Nacional, 1964.

BERNARDO DE QUIRÓS, Pilar González. La “sociabilidade” y la história política. In PEIRE, Jaime. *Actores, Representaciones, e imaginários: homenagem a François-Xavier Guerra*. Caseros: Eduntref, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil: 1998.

CARONE, Edgar. *A República Velha II – Evolução Política (1889 – 1930 - Corpo e Alma do Brasil)*. São Paulo: Difel, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras: 1987,

CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil*. Brasília: Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993.

\_\_\_\_\_. *Os Maçons e o Movimento Republicano Brasileiro*. S. Paulo: Traço Editora, 1989.

\_\_\_\_\_. *O Supremo Conselho no Brasil: síntese de sua história, Rito Escocês Antigo e Aceito*. Londrina: Ed. Maçônica A Trolha, 2000.

\_\_\_\_\_. *Caderno de Pesquisas Maçônicas*. Londrina: A TROLHA, 1989.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade – Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONTINS, Márcia. *Espaço, Religião e Etnicidade: um estudo comparativo sobre as representações do Espírito Santo no Catolicismo Popular e no Pentecostalismo*. Texto Digital.

CORREIA, Leôncio. A verdade sobre o 15 de Novembro. In: PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A ideia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo: Alfa Ômega, 1973.



COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: UNESP, 1998.

COSTA, Frederico Guilherme. *A Maçonaria e a Emancipação do Escravo*. Londrina: A TROLHA, 1999.

\_\_\_\_\_. *Presença marcante na independência*. Revista História Viva, Ano II n°14. Outubro 2005.

COSTA, Luiz Mário Ferreira. *Maçonaria e Antimaçonaria: Uma análise da “História secreta do Brasil” de Gustavo Barroso*. Juiz de Fora: UFMG, 2009.

DODEBEI, Vera; GONDAR, Jô. *O que é Memória Social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / PPGMS – UNIRIO, 2005.

DOUGLAS, Mary. *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Editora USP, 1998.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. *Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro: Zahar 2000.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001.

FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente: Da Proclamação da República à Revolução de 1930. v.1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Para além da Pedra e Cal In Memória & Patrimônio, Ensaio Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FORACHI, M. M. e MARTINS, J. S. *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: LTC. 1999.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro. NAU Editora: 2005.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

FRUGOLI JR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na cidade*. São Paulo, Cortez/Edusp, 2000.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, Erving. Tradução: Mathias Lambert. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Texto digital.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento In *Memória & Patrimônio, Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônio*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

\_\_\_\_\_. Coleções, Museus e Teorias Antropológicas: reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade. In *Caderno de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro, RJ. Editora UERJ: 2000

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da Esfera pública*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro: 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

HALL, Stuart. Notas sobre a Desconstrução do “Popular”. In: *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JEUDY, Henry-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KERKADO, Alexandre. Traduzido por Luiz A. de Araújo. *Da grande influência ao ocaso*. Revista História Viva, Ano II nº14. Outubro 2005.

LAKATOS, E. M & MARCONI, M.A. *Sociologia Geral*. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

- LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.
- MACHADO, Luiz Toledo. *Formação do Brasil e Unidade Nacional*. São Paulo: IBRASA, 1980.
- MASIL Curtis. *O que é Maçonaria?* Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint S.A., 1986.
- MATTOSO, K. “O filho da Escrava (em torno da lei do ventre livre)”. RBH. São Paulo, 8 (I6): 37-45, 1988.
- MENDONÇA, J.M. *Entre a mão e os anéis, a Lei do Sexagenário e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999.
- MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Brasília: UnB, 1986.
- MOREL, Marco. SOUZA, Françoise J de O. *O Poder da Maçonaria- A história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2008.
- MOREL, Marco. A Ordem e o Império In *Nossa História*. Rio de Janeiro: Vera Cruz, Ano 2, n° 20. Junho / 2005.
- NEVES, L.M. & MACHADO, H.F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco e a Monarquia Republicana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, n.10. São Paulo: PUC/SP, 1993.
- \_\_\_\_\_. Memória: da liberdade à tirania, In: *SEMINÁRIO “Memory and History in French Historical Research During the 1980’s and 1990’s*. África do Sul, 12- 19 de agosto de 2000.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n° 3, 1989.

POMIAN, K. *Enciclopédia Einaudi – Vol. 42: Sistemática*. Distrito Federal: Imprensa Nacional: 2000.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1994.

PROBER, Kurt. *A verdadeira história do Palácio Maç.: do Lavradio*. Editora Prober, Universidade do Texas, 1986.

\_\_\_\_\_. *História do Supremo Conselho do Grau 33.: do Brasil. Vol I/ 1832 a 1927*. Livraria Kosmos Editora: Rio de Janeiro, 1981.

RICOEUR, Paul. *Memória, História e Esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP: 2007.

SANT´ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural. In *Memória & Patrimônio, Ensaaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Myriam Sepúlveda. *Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos*. Texto Digital.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. De Império a Nação in *Revista História da Biblioteca Nacional*. n° 24, setembro / 2007.

SILVA, Tiago Cesar da. *A Maçonaria e a abolição da escravatura: O envolvimento maçônico no processo de libertação gradual dos escravos entre 1870 e 1888 no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2009

SLENES, Robert. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888, tese de Ph.D.*, Stanford University, 1976.

SHUTEL, Duarte Paranhos. *A República vista do meu canto*. Florianópolis: IHGSC, 2003.

SIMMEL, George. *O Segredo*. Traduzido por Simone Carneiro Maldonado, professora do Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Texto digital.

\_\_\_\_\_. “Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal” In MORAIS FILHO, Evaristo de. *George Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALZACCHI, Paulo. *O Diário de um Maçom*. São Paulo: Universo dos Livros. 2008.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre os gregos*, SP, Edusp, 1973.

VIDAL, César. *Os maçons: a sociedade secreta mais influente da história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

## FONTES

### PERIÓDICOS

- *A Família*, Jornal dos interesses maçônicos. Rio de Janeiro, 1872 (set. – dez.). Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos.
- *Aurora Escossez*. Rio de Janeiro, 1881-1885. Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras.
- *Boletim do Grande Oriente do Brasil – ao Vale do Lavradio*, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. Rio de Janeiro, 1871-1910. Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos.
- *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. Rio de Janeiro, março de 1872. Museu do Lavradio.
- *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. Rio de Janeiro, 1873-1877. Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos.
- *Constituição da Maçonaria do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Do Grande Oriente do Brasil. Museu do Lavradio.
- *Constituição Maçônica do Grande Oriente do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1885. Museu do Lavradio.
- *Loja Maçônica “Independência e Luz”, de Barra Mansa (RJ)*. Diversas atas a respeito de alforrias, compreendendo o período de 1878-1888.
- *Loja “Segredo”*. Seção Magna de Posse Sem Pompa, com a presença do Grão-Mestre Saldanha Marinho. Rio de Janeiro, 29 de abril de 1876.
- *O Apóstolo*. Rio de Janeiro, 1871-1873. Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos.
- *Obras Completas de Rui Barbosa*. Volume 1. Ed. Fundação Casa de Rui Barbosa.

## Internet

FREHSE, Fraya. *Potencialidades de uma etnografia das ruas do passado*. Disponível em <http://www.n-a-u.org/fraya2008.html> em 29/07/10

Grande Oriente do Brasil

<http://www.gob.org.br/>

Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito (responsável pelo Centro Cultural)

<http://www.ritoescoces.org/>

Grande Oriente do Brasil – RJ

<http://www.gob-rj.org.br/portal/>

Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito

<http://www.sc33.org.br/hist-sc33.html>

Vídeos

[www.youtube.com.br](http://www.youtube.com.br)

Notícia

<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/arruda-pede-desligamento-da-maconaria-pressionado-por-escandalo-20100105.html> Acessado em 02/05/2012

## ANEXOS

**Anexo I** – Organograma hierárquico do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito – Retirado do site do Supremo.



**Anexo II** – Pré-requisitos para tornar-se maçom (Transcrito na íntegra do sítio do Grande Oriente do Brasil).

Antes de mais nada, o postulante ao ingresso nos quadros da Ordem Maçônica, deve autoavaliar-se em busca de valores, costumes, atitudes (interiores), e comportamentos sociais exteriorizados cotejando-os com algumas premissas a seguir apresentadas.

O Candidato deve, portanto, identificar-se com os aspectos a seguir:

\* Legal:

- ser emancipado e ter completado 18 anos antes da cerimônia de Iniciação;
- ser dependente pecuniariamente, obter anuência dos tutores ou genitores;
- ser engajado em união estável, contar com a concordância da esposa;
- ser um homem íntegro, ligado e atualizado em relação ao seu tempo;
- ser empreendedor e capaz de assumir responsabilidades;
- ter emprego, residência e domicílio fixos, no Oriente (estado, município) pleiteado; suas atividades profissionais devem ser lícitas, não importando o metier;
- esperar encontrar na Loja pleiteada, homens livres, de bons costumes, capazes de realizar obras poderosas em benefício da Humanidade, da Pátria e da Família;

\* doutrinário:

- ter religiosidade, melhor do que religião;
- crer em Deus, acima de tudo;
- ter uma idéia clara da virtude e do vício, adotando aquela e rejeitando este;
- estar apto a apreender conhecimentos litúrgicos e filosóficos;
- distinguir entre religião e maçonaria;



- ser respeitado na Iniciação, não só pelas características esotéricas, exotéricas e metafísicas do evento, como pelo significado simbólico trazido pelas nossas tradições e regularidade;

\* prático:

- apresentar bons costumes;

- ter boa família;

- seguir as leis;

\* metafísico:

- ser receptivo às idéias;

- estar ideologicamente alinhado com a idéia de Deus;

\* da tradição:

- estar apto; ou pronto, disposto e capacitado, sponte sua;

\* iniciático:

- creditar respeito ao processo;

- manter o espírito receptivo (“nada lhe será cobrado; tudo lhe será dado”);

A admissão à Maçonaria é restrita a pessoas adultas sem limitações quanto à raça, credo e nacionalidade, desde que gozem de reputação ilibada e que sejam homens íntegros.

Nenhum homem, por melhor que seja, poderá ser recebido na Maçonaria, sem o consentimento de todos os maçons. Se alguém fosse imposto à Maçonaria, poderia ali causar desarmonia, ou perturbar a liberdade dos demais, o que sempre deve ser evitado.

A aceitação do pedido de ingresso na Ordem depende bastante da declaração de motivos do candidato. A Ordem espera que o candidato seja sincero perante sua própria consciência, quando do preenchimento da proposta de admissão.

Quando alguém se candidata a ingressar na Maçonaria, é verificado em sindicância se dispõe de ganhos pecuniários que permitam cumprir os compromissos maçônicos, sem sacrificar a família. Vale dizer que nenhum homem casado poderá entrar para a Maçonaria sem que a esposa esteja de acordo.

É óbvio que, ao se iniciar na Maçonaria, o indivíduo deverá assumir compromissos derivados de participação engajada e responsável nas lides maçônicas. Entre os compromissos e responsabilidades, encontram-se aqueles de estudar, com mente aberta, as instruções maçônicas, bem como, o de considerar denso sigilo sobre os ensinamentos recebidos e contribuir pecuniariamente para a manutenção de sua Loja e sua Obediência. Os compromissos e responsabilidades, a propósito, são do mesmo gênero daquelas encontradas em qualquer associação humana.

É fato incontestável que uma das finalidades da Ordem é a de implantar sistematicamente na sociedade humana uma efetiva fraternidade entre os homens.

Ao contrário do “folclore” que alimenta a crença de muita gente, a Maçonaria não é uma sociedade secreta e exerce suas atividades extensivamente, sob o pálio da legitimidade de sua natureza e da legalidade de seus atos e fatos administrativos, fiscais e tributários. Suas Propriedades, Constituições, Emendas, Regimentos e Estatutos são registrados em cartório de imóveis, títulos e documentos, e publicados em Diário Oficial.

Uma vez Iniciado, o postulante torna-se Maçom, e, como tal, estará, para todo o sempre, sob constante vigilância de sua própria consciência e dos demais Maçons.

**Anexo III – Adesivos, pingentes, brincos, relógio e caneca.****REFLETIVO**

[www.lojadobode.com.br](http://www.lojadobode.com.br)



[www.lojadobode.com.br](http://www.lojadobode.com.br)



[www.lojadobode.com.br](http://www.lojadobode.com.br)



#### Anexo IV – Proclamação dos Membros do Governo Provisório

“Concidadãos!

O Povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dynastia imperial e consequentemente a extinção do systema monarchico representativo.

Como resultado immediato desta revolução nacional, de caracter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um Governo Provisório, cuja principal missão é garantir com a ordem publica a liberdade e o direito do cidadão.

Para comporem este Governo, emquanto a Nação Soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder á escolha do Governo definitivo, foram nomeados pelo Chefe do Poder Executivo os cidadãos abaixo assignados.

Concidadãos!

O Governo Provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o Governo da paz, da fraternidade e da ordem.

No uso das attribuições e faculdades extraordinárias de que se acha investido, para a defeza da integridade da Pátria e da ordem publica, o Governo Provisório, por todos os meios ao alcance, promette e garante a todos os habitantes do Brasil, nacionaes e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuaes e políticos, salvas, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da Pátria, pelo Exercito e pela Armada Nacional.

Concidadãos!

As funções da justiça ordinária, bem como as funções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação ás pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionario.

Fica, porém, abolida, desde já, a vitalicidade do Senado e bem assim o Conselho do Estado.

Fica dissolvida a Câmara dos Deputados.

Concidadãos!

O Governo Provisório reconhece e acata os compromissos nacionaes contrahidos durante o regimem anterior, os tratados subsistentes com as potencias estrangeiras, a divida publica externa e interna, contractos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas.

Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório.

Aristides da Silveira Lobo, Ministro do Interior.

Tenente Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro da Guerra.

Chefe de Esquadra, Eduardo Wandekolk, Ministro da Marinha.

Quintino Bocayuva, Ministro das Relações Exteriores e interinamente da Agricultura, Comercio e Obras Publicas”. (sic)

CORREIA, Leôncio. A verdade sobre o 15 de Novembro. In: PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A ideia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo: Alfa Ômega, 1973.

**Anexo V** - Carta de Renúncia de Deodoro da Fonseca.

Gl. ao Sup. Arch.: Ur.:  
 ATALAIÁ DO SUL

A' todos os Maçons espalhados pela  
 superfície da terra.

Suãde, amirado - Uruaõ

Desyando retirar-me a' vida privada, re-  
 nuncio, no armas competente, os cargos de que  
 estou de posse.

Capital Federal, 18. de Dezembro de 1891

Mauro Victorino do Moura

Carta em que Deodoro renuncia ao Grão-Mestrado  
 do Grande Oriente do Brasil